

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

Natureza: Monitoramento (em Auditoria)

Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU)

Unidades: Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério da Fazenda (MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Casa Civil da Presidência da República

SUMÁRIO: MONITORAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO ACÓRDÃO 2.059/2012 – PLENÁRIO. AUDITORIA NO SISTEMA BRASILEIRO DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA. AVALIAÇÃO DOS DÉFICITS, FONTES DE FINANCIAMENTO E EQUILÍBRIO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA GERAL (RGPS), DOS SERVIDORES CIVIS (RPPS) E DOS MILITARES. ATENDIMENTO PARCIAL ÀS ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS. EMISSÃO DE NOVAS DETERMINAÇÕES. AGENDAMENTO DE NOVO MONITORAMENTO. APENSAMENTO DEFINITIVO AO PROCESSO ORIGINADOR.

RELATÓRIO

Trata-se, originariamente, de auditoria nos sistemas públicos de previdência, com o objetivo de investigar questões relativas ao financiamento, apuração de resultado e equilíbrio de suas contas, bem como se o registro contábil desses fatos produz informações íntegras, tempestivas e pertinentes, agora em fase de monitoramento das determinações e recomendações expedidas por meio do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, com as alterações introduzidas pelo Acórdão 2.468/2013 – Plenário.

2. Adoto como relatório o parecer elaborado pela equipe de auditores da SecexPrevidência de peça 62, com o qual as instâncias diretivas da unidade manifestaram-se de acordo:

“I. INTRODUÇÃO1.1. Deliberação

Trata-se de monitoramento destinado a avaliar a implementação das deliberações constantes nos itens 9.1 a 9.16 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, expedidas por este Tribunal de Contas ao Ministério da Previdência Social (MPS), ao Ministério da Fazenda (MF) e às suas secretarias do Tesouro Nacional (STN) e da Receita Federal do Brasil (RFB), à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Casa Civil da Presidência da República, no âmbito do TC 015.529/2010-0, com as alterações introduzidas pelo Acórdão 2.468/2013 – Plenário.

1.2. Visão geral do objeto

2. O TC 015.529/2010-0, que propôs as recomendações e determinações ora monitoradas, cuidou de auditoria realizada no período de 01/06/2010 a 16/12/2010, que teve por objetivo examinar a consistência e legalidade das receitas e despesas que têm sido incluídas na apuração dos resultados dos três regimes de previdência pública da União: RGPS, RPPS e Encargos Financeiros da União com militares inativos e seus pensionistas. O Acórdão 2.059/2012 – Plenário, de 08/08/2012, expediu determinações (itens 9.1.1, 9.1.2.1, 9.1.2.2, 9.1.2.3, 9.2.1, 9.2.2, 9.3.1, 9.3.2, 9.4.1, 9.4.2, 9.5, 9.6, 9.7, 9.8.1, 9.8.2, 9.9, 9.10.1 e 9.10.2) e recomendações (itens 9.11.1, 9.11.2, 9.12, 9.13, 9.14, 9.15.1, 9.15.2, 9.15.3 e 9.16) às unidades jurisdicionadas envolvidas (peça 24).

3. O Acórdão 2.468/2013 – Plenário, ao apreciar pedido de reexame interposto pelo INSS, pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Secretaria de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori) contra o Acórdão 2.059/2012 – Plenário, excluiu o item 9.9 e alterou a redação do item 9.2.1 do acórdão recorrido (peça 18).

4. Na parte II deste relatório, apresenta-se a análise do cumprimento das deliberações conforme as informações disponibilizadas pelos órgãos.

(...)

II. ANÁLISE DO ATENDIMENTO ÀS DELIBERAÇÕES

II.1. Determinação 9.1.1

‘9.1 determinar ao Ministério da Previdência Social que:

9.1.1 no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a este Tribunal justificativas para o crescimento atípico dos dispêndios com os benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-acidente, em percentuais de 250% e 555%, respectivamente, observados no período de 2001 a 2009, segundo dados constantes do Anuário Estatístico da Previdência Social;’

II.1.1 Situação que levou à proposição da deliberação

12. O relatório de auditoria analisou o crescimento dos dispêndios com as principais espécies de benefícios, em relação ao crescimento das receitas previdenciárias. Nesse contexto, considerando que o crescimento do auxílio doença foi objeto de auditoria específica deste Tribunal (TC-12.034/2008-7), destacou-se o crescimento dos dispêndios com auxílio-reclusão e auxílio-acidente, que variaram 250% e 555%, respectivamente, entre 2001 e 2009, enquanto a receita previdenciária urbana cresceu 68% (peça 24, p. 37).

II.1.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

13. Em relação ao auxílio-reclusão, os gestores enumeram vários fatores como possíveis causas para o aumento de 250% nos dispêndios do auxílio-reclusão de 2001 a 2009: decisões judiciais; quantidade de benefícios reativados; aumento da população carcerária; reajuste do salário mínimo; valor do teto do auxílio-reclusão e paralisações de servidores (peça 10, pp. 15-26).

14. Das causas apontadas, o aumento da população carcerária (103%) e o reajuste do salário mínimo (158%) parecem ter contribuído significativamente para o aumento nos dispêndios desse benefício no período. Cabe observar ainda que, de acordo com dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, a quantidade de contribuintes aumentou em cerca de 59% de 2001 a 2009.

15. Quanto ao auxílio-acidente (peça 10, pp. 2-14), explicam que o acórdão trata do auxílio-acidente previdenciário, proveniente de acidentes de qualquer natureza, situação prevista a partir da Lei 9.032/1995. O assunto só foi regulamentado a partir de 2008, pelo Decreto 6.722/2008, permitindo sua concessão pelo INSS.

16. Nesse caso, consideram como provável causa do aumento de 555% a alteração na legislação que, na prática, criou uma nova espécie de benefício (peça 10, pp. 7 e 12):

‘Observa-se que não houve salto na quantidade de emissões que caracterizasse o aumento do dispêndio com auxílio-acidente previdenciário como exacerbado; pelo contrário, o crescimento desse benefício se deu a taxas semelhantes e decrescentes, passados os anos iniciais de efeito das modificações legais. [...]

Observa-se que, por se tratar, de um benefício relativamente recente, é natural que as taxas de crescimento iniciais sejam mais elevadas do que as taxas de crescimento de benefícios de longa data, que já tiveram seu fluxo regularizado pelo passar dos anos.’

17. Citam ainda outros fatores que podem ter influenciado a variação do auxílio-acidente, como aumento do salário mínimo, da quantidade de concessões judiciais e do dispêndio com auxílio-doença de 2001 a 2006.

II.1.3. Análise

18. Os gestores encaminharam justificativas plausíveis para o crescimento dos dispêndios com o auxílio-reclusão e com o auxílio-acidente.

(...)

II.1.5. Conclusão: *cumprida.*

II.1.6. Proposta de encaminhamento:

19. *Considerar cumprida a determinação do item 9.1.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.*

II.2. Determinação 9.1.2.1

'9.1 determinar ao Ministério da Previdência Social que: [...]

9.1.2 no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias:

9.1.2.1 desenvolva tábua de vida específica para servidores públicos civis e militares da União, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em atendimento à determinação contida no item 9.1 do Acórdão 1.465/2003 – Plenário;'

II.2.1. Situação que levou à proposição da deliberação

20. O relatório de auditoria observou que o uso da tábua geral de mortalidade do IBGE para cálculo das projeções atuariais do RPPS da União poderia gerar distorções, reduzindo a estimativa de déficit atuarial desse regime, pois há indicativos de que o servidor público possui uma expectativa de vida maior que a população geral. O desenvolvimento de uma tábua de vida específica já fora objeto de determinação do TCU no item 9.1 do Acórdão 1.465/2003 – Plenário, não atendida até aquele momento (peça 24, pp. 17-18).

II.2.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

21. Segundo os gestores, em agosto de 2012, o MPS iniciou tratativas com o Ipea e o IBGE para construção da tábua específica, atividade que consideram ser relativamente complexa. Coube ao MPS consolidar os dados a partir do seu recebimento de diversos órgãos, sendo que os trabalhos técnicos para confecção da tábua ficaram sob responsabilidade do Ipea, com apoio do IBGE, caso necessário. No decorrer do trabalho, constatou-se a necessidade de contratação externa, tendo em vista a ausência de mão de obra com o perfil necessário no Ipea ou no MPS (peça 25, p.3). Em setembro de 2013, essa contratação estava em fase final de aprovação pelas áreas técnicas do MPS (peça 25, p.3).

22. Em resposta ao Ofício 0167/2015-TCU/SecexPrevidência, já no âmbito do presente monitoramento, o MPS encaminhou o Ofício 177/MPS/SPPS/Gabin, de 13/03/2015, por meio do qual informa que foi firmado, em 24/10/2014, Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito (TCDC) com o Ipea. Acrescenta que, no presente momento, o MPS está em fase de depuração da base de dados dos servidores públicos, que servirá como insumo para realização do trabalho pelo Ipea, e que a previsão é de que o trabalho como um todo esteja concluído em 24/10/2015, prazo final de vigência do TCDC (peça 42, p. 3).

II.2.3. Análise

23. A partir das informações encaminhadas pelo MPS, considera-se que a determinação está em cumprimento, apesar de expirado o prazo concedido pelo Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

(...)

II.2.5. Conclusão: *em cumprimento com prazo expirado.*

II.2.6. Proposta de encaminhamento:

24. Considerar a determinação do item 9.1.2.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário como em cumprimento com prazo expirado e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses.

25. Determinar ao MPS que apresente, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento da determinação contida no item 9.1.2.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.3. Determinação 9.1.2.2

'9.1 determinar ao Ministério da Previdência Social que: [...]

9.1.2 no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias: [...]

9.1.2.2 realize estudos que subsidiem projetos de lei visando instituir mudanças paramétricas no regime, a médio e longo prazos, de forma a garantir a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial da clientela urbana do RGPS, conforme preconiza o art. 201, **caput**, da Constituição Federal de 1988;’

II.3.1. Situação que levou à proposição da deliberação

26. Ao abordar o déficit urbano do RGPS (peça 24, p. 38, item 3.2.1), o relatório de auditoria destaca que “as mudanças demográficas no país constituem outro fator que deverá ameaçar o equilíbrio das contas do regime no contexto urbano”, principalmente o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fecundidade. Tais mudanças tendem a produzir um aumento no número de aposentados e pensionistas e uma diminuição no número de contribuintes, afetando a sustentabilidade do sistema com o decorrer dos anos.

II.3.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

27. Os gestores informaram que o MPS realiza estudos regulares sobre os impactos na evolução do RGPS por meio de um modelo de projeção de longo prazo próprio, e que estas projeções estão disponíveis nos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), em seu anexo IV.5. Acrescentam que, para subsidiar possíveis mudanças paramétricas, o MPS tem desenvolvido estudos sobre a forma de concessão de benefícios, inclusive com comparativo internacional (peça 25, p. 22).

28. Destacaram, por meio do Ofício 177/MPS/SPPS/Gabin, de 13/03/2015, que foram propostas alterações na concessão de pensões por meio da MP 664/2014, e encaminharam projeção atuarial do RGPS considerando o impacto dessas alterações no equilíbrio do sistema, bem como estudo sobre pensão por morte no RGPS, publicado em revista do Ipea. Além disso, informaram que também foram feitos ajustes nas regras dos benefícios por incapacidade (peça 42, pp. 1 e 4-66).

II.3.3. Análise

29. Verifica-se que, desde a prolação do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, o MPS promoveu estudos e mudanças que impactam no equilíbrio do RGPS. No entanto, constata-se também, com base na projeção atuarial encaminhada, que, apesar dessas mudanças, continua não existindo perspectiva de equilíbrio do regime, nem mesmo no longo prazo (peça 42, p. 5). Na “Tabela 5.2 - Evolução da receita, despesa e necessidade de financiamento do RGPS em R\$ milhões e como proporção do PIB - 2014/2060”, que consta do anexo IV.5 do PLDO 2015, observa-se preocupante crescimento das despesas e da necessidade de financiamento em relação ao PIB (peça 45).

30. A questão do equilíbrio financeiro e atuarial do RGPS foi objeto de análise mais recente do TCU no âmbito do TC 010.651/2014-4, que realizou levantamento da previdência social com o objetivo de elaborar relatório sistêmico sobre essa função (Fisc-Previdência Social). Na oportunidade, verificou-se que o RGPS apresentou déficit de R\$ 50 bilhões em 2013, apesar do superávit de R\$ 24 bilhões observado na previdência dos trabalhadores urbanos. No entanto, em que pese a tendência positiva observada nos resultados da previdência urbana no período analisado (2009 a 2013), considerou-se que as projeções de envelhecimento da população brasileira realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) exigem uma análise mais conservadora do futuro do RGPS, uma vez que esse regime será cada vez mais impactado pela queda do número de contribuintes ativos e aumento do número de inativos, o que demanda ações concretas para mitigar seus efeitos no futuro.

31. Diante desse cenário, foi determinado à Casa Civil da Presidência da República, em parceria com outros atores envolvidos, entre os quais se encontra o MPS, que apresentasse plano de ação para atacar as fragilidades identificadas no Regime Geral da Previdência Social, dentre elas os possíveis desequilíbrios decorrentes do envelhecimento da população brasileira (Acórdão 3.414/2014 – Plenário, item 9.1.1).

32. As informações apresentadas permitem concluir que a determinação foi parcialmente cumprida. Considerando que o tema foi tratado em acórdão mais recente, por meio de determinação específica e de equivalente teor, mostra-se desnecessária a realização de novo monitoramento sobre o assunto no âmbito do presente processo.

(...)

II.3.5. Conclusão: parcialmente cumprida.

II.3.6. Proposta de encaminhamento:

33. Considerar parcialmente cumprida a determinação constante do item 9.1.2.2.

II.4. Determinações 9.1.2.3 e 9.8.1

'9.1 determinar ao Ministério da Previdência Social que: [...]

9.1.2 no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias: [...]

9.1.2.3 passe a divulgar, nos boletins estatísticos mensais da previdência social, dados sobre o salário família e o salário maternidade pagos pelas empresas, tais como a quantidade de benefícios concedidos, cessados e emitidos, valores despendidos, montantes por região, estado, sexo, idade, entre outros, com o propósito de aprimorar a avaliação dessas ações de governo;

(...)

9.8 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), às Secretarias da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) que, conjuntamente, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias:

9.8.1 passem a efetuar o registro contábil das despesas com os benefícios previstos nos arts. 65 a 73 da Lei 8.213/1991, que são pagos pelos empregadores (e que devem ser tratados como despesa da Previdência Social), bem como, no câmputo da arrecadação, que passem a demonstrar os valores de salário família e salário maternidade que são objeto de dedução das receitas arrecadadas (e que, considerando serem os valores dos benefícios contabilizados como despesa, devem ser contabilizados como receita da Previdência Social), conforme tratado no item 3.3.1 do relatório;'

II.4.1. Situação que levou à proposição da deliberação

34. A auditoria que originou o Acórdão 2.059/2012 – Plenário constatou que o salário família e o salário maternidade pagos pelas empresas não eram contabilizados. Tanto no caso do salário família quanto do salário maternidade, quando os pagamentos são efetuados pelas empresas, tais valores são compensados na fase do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários por meio de GPS. Todavia, esses valores não são contabilizados nem se encontram evidenciados no fluxo de caixa do INSS. Tampouco são registrados no Siafi ou acompanhados pelos ministérios responsáveis (MF e MPS), apesar de essas despesas comporem importantes programas de governo e envolverem expressivo volume de recursos (peça 24, pp. 43-45, item 3.3.1).

35. Considerou-se que a falta de contabilização desses valores infringe os princípios da universalidade, do orçamento bruto e da transparência orçamentária (Lei 4320/1964, arts. 2º e 6º; LRF, arts. 48, 48-A e 49).

II.4.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

36. Considerando que as determinações contidas nos itens 9.1.2.3 e 9.8.1 dizem respeito ao mesmo tema (salário maternidade e salário família pagos pelas empresas), a análise de seu cumprimento será realizada em conjunto.

37. Quanto à determinação do item 9.1.2.3, o MPS argumenta que o sistema de coleta e processamento de dados atual não permite seu atendimento, já que não há dados individualizados para o salário família, uma vez que a empresa informa apenas o valor total da despesa. Além disso, informam que haveria uma grande complexidade para publicação desses dados de forma mensal, em razão do volume de processamento que seria necessário, e que o significativo número de GFIPs entregues em atraso comprometeria a confiabilidade dos dados apurados na periodicidade requerida. Acrescenta que, de acordo com a Nota Técnica 20/2012, há a possibilidade de atendimento da determinação em exame a partir da implantação do e-Social, ferramenta em desenvolvimento pela RFB (peça 42, p. 6).

38. No que tange ao item 9.8.1, a STN informa, por meio do Ofício 96/2015/Coger/Gabin/STN, de 27/03/2015, que os registros contábeis das receitas relativas aos salários família e maternidade não são de sua competência (peça 44, pp. 3-4). O mesmo argumento é apresentado pelo INSS (peça 37, pp. 64-66).

39. Quanto à RFB, esta alega, por meio do Ofício 131/2015-RFB/Gabinete (peça 40, pp. 4 e 15), a impossibilidade de atender à determinação. Segundo esse documento, o cumprimento da determinação dependeria da implementação de uma nova obrigação acessória, prevista para o ano de 2014, por meio da qual os empregadores passariam a discriminar no livro fiscal digital as cotas do salário família e salário maternidade pagos e outras deduções. Somente a partir daí, seria possível a elaboração de demonstrativos extra contábeis com essa informação (peça 40, pp. 4 e 14).

40. Diante desse contexto, foi solicitado, por meio do Ofício de Requisição 07-011/2015 (peça 43, pp. 1-2), que a RFB informasse o cronograma de implantação dos sistemas e-Social e Folha Digital, bem como da nova obrigação acessória que permitiria a discriminação das cotas do salário família e do salário maternidade pagos pelas empresas. Solicitou-se também que informassem se a implantação desses sistemas e procedimentos permitirá o cumprimento integral da determinação ora monitorada.

41. Em resposta, a RFB encaminhou a Nota RFB/Audit/Diaex 14, de 13/04/2015, segundo a qual o cronograma do e-Social prevê sua conclusão em 01/12/2016. Não é feita qualquer menção à obrigação acessória para discriminação de dados relativos ao salário maternidade e salário família, que, segundo informação anterior, seria implantada em 2014, nem é informado se a implantação dos novos sistemas e obrigações seria suficiente para possibilitar o atendimento da determinação (peça 55, pp. 3-4).

II.4.3. Análise

42. As unidades jurisdicionadas envolvidas não demonstraram o cumprimento das determinações em exame.

43. Com respeito ao item 9.8.1, as alegações de impossibilidade de cumprimento da determinação em razão da falta de informações sistematizadas sobre os dois benefícios não vieram acompanhadas de plano de ação concreto no sentido de viabilizar seu cumprimento.

44. Quanto à implantação de obrigação acessória que possibilitaria a obtenção das informações necessárias, a RFB não teceu qualquer comentário. Não ficou claro, ainda, pela resposta da RFB, se a implantação completa do e-Social, prevista para dezembro de 2016, possibilitaria o pleno atendimento da deliberação.

45. No que tange ao item 9.1.2.3, considera-se que a obtenção das informações necessárias ao cumprimento da obrigação depende, em grande medida, das providências a serem adotadas pela RFB, em especial da implantação do e-Social.

46. Diante disso, considera-se oportuno determinar às unidades jurisdicionadas envolvidas nas ações necessárias ao cumprimento dos itens 9.1.2.3 e 9.8.1 que apresentem plano de ação para seu atendimento, indicando responsáveis e prazos para seu cumprimento, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

(...)

II.4.5. Conclusão: em cumprimento com prazo expirado.

II.4.6. Proposta de encaminhamento:

47. Considerar em cumprimento as determinações dos itens 9.1.2.3 e 9.8.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses.

48. Determinar à RFB, ao MPS, ao INSS e à STN que apresentem, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento das determinações contidas nos itens 9.1.2.3 e 9.8.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.5. Determinação 9.2.1

‘9.2 determinar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:

9.2.1 inclua, no Manual do Siafi e na página da STN na internet, memória de cálculo que possibilite a reconstrução do demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias concernentes aos

servidores públicos civis e militares da União, mediante consulta ao Siafi, na versão Gerencial, com o propósito de mitigar o risco de inconsistências nas informações publicadas no RREO e de violação do art. 53, inciso II, c/c art. 48, caput, da Lei Complementar 101/2000.'

II.5.1. Situação que levou à proposição da deliberação

49. A determinação contida no item 9.2.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário foi motivada pela verificação de inconsistências nos valores publicados no demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio dos servidores públicos, conforme descrito no item 2.7.3.2 do relatório que acompanha o Acórdão 2.059/2012 – Plenário, e determinava a inclusão, no RREO, de memória de cálculo que possibilitasse a reconstrução do demonstrativo mediante consultas ao Siafi (peça 24, p. 29, item 2.7.3.2). Considerou-se que a publicação de informações inconsistentes no RREO reduzia a confiabilidade do demonstrativo, que constitui importante instrumento de transparência na gestão pública.

50. Em pedido de reexame, a STN argumentou que o nível de detalhamento do RREO está definido pela LRF, que deve ser interpretada literalmente, e que a determinação constante do item 9.2.1 extrapolaria o comando legal. Alternativamente, a STN propôs que o detalhamento solicitado fosse feito por meio de outro instrumento de informação gerencial (peça 16, pp. 12-13).

51. O TCU deu provimento ao pedido por meio do item 9.3 do Acórdão 2.468/2013 – Plenário, que determinou a inclusão de memória de cálculo no Manual do Siafi e na página da STN na internet (peça 18, p. 1).

II.5.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

52. Em consulta à página da Secretaria do Tesouro Nacional na internet, verificou-se que consta do Manual do Siafi a memória de cálculo relativa ao Demonstrativo das Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência Social, reproduzido na peça 46 e disponível no link <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/021301/021303/>.

II.5.3. Análise

53. O detalhamento da memória de cálculo solicitado na deliberação em exame foi realizado pela unidade jurisdicionada, conforme evidência que consta da peça 46. Dessa forma, entende-se que a determinação pode ser considerada cumprida.

(...)

II.5.5. Conclusão: cumprida.

II.5.6. Proposta de encaminhamento:

54. Considerar cumprida a determinação contida no item 9.2.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, com alteração de redação promovida pelo item 9.3 do Acórdão 2.468/2013 – Plenário.

II.6. Determinação 9.2.2

'9.2 determinar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias: [...]

9.2.2 evidencie, no relatório de Demonstrativo das Receitas e Despesas do Regime Próprio dos Servidores Públicos, presente no RREO, a incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre a contribuição de militares para pensões, tendo em vista o que estabelece o art. 53, inciso II, c/c o art. 48, caput, da Lei Complementar 101/2000;'

II.6.1. Situação que levou à proposição da deliberação

55. Na auditoria realizada no TC 015.529/2010-0, ao se analisar o Orçamento da União, verificou-se que a Receita de Contribuição para Pensão Militar, prevista no art. 1º da Lei 3.765/1960, é desmembrada em 80% para pagamento de pensões militares e outros 20% são desvinculados do pagamento de pensões, podendo ser usado pela União para outros fins, conforme previsto no art. 76 dos ADCT/CF. No entanto, no relatório de Demonstrativo das Receitas e Despesas do Regime Próprio dos Servidores Públicos presente no RREO, a receita prevista incluía todo o valor orçado para natureza de receita "1210.15.00 – Contribuição para o custeio das pensões militares", o que distorcia a apuração do resultado dos encargos previdenciários da União com os militares e pensionistas,

alterando artificialmente o déficit do regime e reduzindo a exatidão do demonstrativo, bem como a transparência das informações (peça 24, pp. 31-32, item 2.7.3.4).

II.6.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

56. Em consulta à página da STN na internet, verificou-se que o demonstrativo do RREO relativo a dezembro de 2014 evidencia a incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre a contribuição de militares para pensões (peça 48).

II.6.3. Análise

57. A evidenciação da incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre a contribuição de militares para pensões solicitada na deliberação em exame foi realizada pela unidade jurisdicionada, conforme pode-se verificar pelo exame do demonstrativo do RREO relativo a dezembro de 2014. Comparando esse demonstrativo com aquele relativo ao mês de julho de 2012, anterior à determinação, verifica-se que o demonstrativo foi modificado para atender à determinação (peças 47 e 48). Dessa forma, entende-se que a determinação pode ser considerada cumprida.

(...)

II.6.5. Conclusão: cumprida.

II.6.6. Proposta de encaminhamento:

58. Considerar cumprida a determinação do item 9.2.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

II.7. Determinação 9.3.1

‘9.3 determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:

9.3.1 deixe de incluir projeção de contribuições que não estão previstas em lei, tal como contribuição patronal para pagamento de pensão militar, na avaliação atuarial dos compromissos financeiros da União com militares das Forças Armadas e seus dependentes, tendo em vista o que estabelecem os arts. 1º e 3º-A da Lei 3.765/1960, com alterações inseridas pelo art. 27 da MP 2.215-10/2001 c/c os princípios da legalidade, insculpido no art. 37, caput, da CF/88, e da transparência, explicitado nos arts. 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000;’

II.7.1. Situação que levou à proposição da deliberação

59. A avaliação atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas, incluída no PLDO de 2007 a 2011, continha projeção atuarial que incluía contribuição da União como parcela patronal de 15%, calculada como sendo de valor correspondente a duas vezes a contribuição do militar para pensão. A contribuição dos militares para pensão está disposta no parágrafo único do art. 3º-A da Lei 3.765/1960, alterado pelo art. 27 da MP 2.215-10/2001, que estabeleceu alíquota para pensão militar igual a 7,5%. Entretanto, os dispositivos legais supracitados não preveem a existência de contribuição patronal dos militares. À época da auditoria, os gestores do Ministério Defesa reconheceram que a contribuição patronal dos militares não estava prevista na legislação, e justificaram sua inserção na projeção atuarial por analogia ao que foi estabelecido para os servidores civis, tendo em vista que, para os civis, o art. 8º da Lei 10.887/2004 estabeleceu que a contribuição patronal corresponde ao dobro da contribuição do servidor ativo.

II.7.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

60. No Relatório de Gestão 2013 da Seori/Secretaria Geral - MD (p. 127), a unidade informou que a determinação foi atendida desde a avaliação atuarial apresentada em 2013, correspondente ao ano-base 2012.

II.7.3. Análise

61. Compulsando as projeções atuariais de 2014 (PLDO 2014) e 2015 (PLDO 2015), verificou-se que já não consta a inserção de contribuição patronal para os militares.

(...)

II.7.5. Conclusão: cumprida.

II.7.6. Proposta de encaminhamento:

62. Considerar cumprida a determinação 9.3.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

II.8. Determinações 9.3.2 e 9.5 e recomendações 9.11.1 e 9.12

'9.3 determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias: [...]

9.3.2 incluía, nas avaliações atuariais dos compromissos financeiros da União com militares das Forças Armadas e seus dependentes, coluna específica de resultado atuarial que contemple também as despesas com aposentados militares, ou seja, que, além do resultado atuarial cotejando apenas contribuições e gastos com pensões militares, insira outra coluna que calcule a diferença entre contribuição para pensões e o total de gastos com inativos (militares da reserva remunerada e reformados) e pensionistas, tendo em vista o que estabelece o art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar 101/2000;

(...)

9.5 determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori) e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, incluam a projeção atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas nas publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referentes ao último bimestre do ano, tendo em vista o que estabelece o art. 53, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 101/2000;

(...)

9.11 recomendar à Casa Civil da Presidência da República que:

9.11.1 avalie alternativas de financiamento para os encargos da União com militares inativos e seus pensionistas, tendo em vista o significativo e crescente déficit financeiro dessas despesas e a falta de perspectiva de equilíbrio no longo prazo;

9.12 recomendar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori) que pondere a conveniência e a oportunidade de elaborar avaliação atuarial que possibilite discriminar as projeções e resultado atuarial com e sem a inclusão das informações referentes aos benefícios decorrentes de pensões especiais oriundas de veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai, Lei das Sete Pragas, Montepio militar, ex-combatentes, ex-combatentes (Lei da Praia), e outras semelhantes, considerando que a inclusão, nas projeções atuariais do regime previdenciário dos militares, das despesas com pensões especiais militares distorce a apuração do resultado atuarial, na medida em que adicionam despesas com benefícios que não contaram com contribuição e enviam as características demográficas da população de militares;

II.8.1. Situação que levou à proposição das deliberações

63. As determinações e recomendações contidas nos itens 9.3.2, 9.5, 9.11.1 e 9.12.2 tratam de assuntos que envolvem a avaliação atuarial das despesas com militares, sejam elas relativas à reforma ou às pensões. Por esse motivo, e considerando que os argumentos trazidos pelas unidades jurisdicionadas relativamente a esses pontos são muito semelhantes, optou-se por realizar análise conjunta desses itens.

64. No que tange à determinação do item 9.3.2, verificou-se, durante a auditoria, que as projeções atuariais dos compromissos financeiros da União com militares e pensionistas, incluídas no PLDO, apuravam resultados atuariais que contabilizavam apenas contribuições e gastos com pensões militares, deixando de inserir nesses cálculos os valores despendidos pela União com militares inativos (reserva remunerada e reforma). Esse procedimento foi adotado apesar de as avaliações atuariais apresentarem os valores de salário de contribuição dos militares inativos ao longo de um período de 75 anos.

65. A equipe de auditoria considerou que os gastos com inativos militares, apesar de serem custeados com recursos do Tesouro Nacional e não possuírem fonte própria de contribuição como as pensões militares, caracterizam despesas de natureza previdenciária. Essa classificação é corroborada pelos Orçamentos Gerais da União, que enquadram a ação de pagamento de aposentadoria e pensões de militares das Forças Armadas na função orçamentária de código '09', que representa gastos com previdência social (Ação 09.272.0089.0179.0001 – Pagamento de aposentadorias e pensões – Militares das Forças Armadas). Ademais, os resultados financeiros de

pessoal da União, principalmente aqueles publicados no RREO, sempre incluem, para efeito de resultado previdenciário, os valores com inativos militares. Portanto, concluiu-se que as despesas com inativos militares possuem natureza previdenciária e deveriam constar das avaliações atuariais do regime.

66. À época, a justificativa do MD para não incluir os valores a serem despendidos com militares inativos no cálculo do resultado dos compromissos financeiros com militares e pensionistas foi o fato de os militares contribuírem apenas para pensão, conforme previsto no art. 1º da Lei 3.765/1960, com alterações inseridas pelo art. 27 da MP 2.215-10/2001. Além disso, o MD interpretava os valores recebidos pelo militar na inatividade (reserva remunerada e reforma) como uma forma de prestação pecuniária de obrigação da União, em virtude das peculiaridades da carreira militar.

67. A auditoria entendeu que um dos principais efeitos de não incluir os gastos com aposentados militares no cálculo do resultado atuarial é reduzir as estimativas do montante de recursos que deverão ser despendidos pelo Tesouro Nacional para pagamento dessas despesas no longo prazo, o que distorce o déficit atuarial desse regime. Como mencionado anteriormente, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é peça essencial para o planejamento orçamentário (art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a') e para a transparência da gestão pública (art. 48, **caput**), e, por isso, as informações ali contidas devem ser elaboradas da forma mais completa e exata possível.

68. Quanto à determinação do item 9.5, o art. 53, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 101/2000 estabelece que o RREO referente ao último bimestre do exercício será acompanhado de demonstrativos das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Durante a auditoria, a equipe compulsou os RREO referentes aos últimos bimestres de 2007, 2008 e 2009, (Anexo 3, v.1 fls. 175-183) e verificou que eles continham as projeções atuariais do RGPS e RPPS dos servidores civis, entretanto não apresentavam informações atuariais concernentes aos compromissos da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas, o que motivou a expedição da determinação em exame.

69. Já a recomendação contida no item 9.11.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário foi motivada pela constatação de que as contas previdenciárias dos militares da União revelavam-se crescentemente deficitárias, sem perspectivas de equilíbrio, nem no longo prazo. Verificou-se que esse desequilíbrio decorria da legislação que regia a matéria, que não previa contribuição dos militares para aposentadoria, nem previsão de contribuição patronal. Considerou-se que esse aumento de despesa deveria ser compensado pela redução permanente de despesa ou pelo aumento permanente de receita, conforme determinado pelas normas em vigor (CF/1988, art. 195, § 5º c/c os arts. 17 e 24 da Lei Complementar 101/2000) (peça 24, pp. 10-13, item 2.4).

70. Verificou-se também que a avaliação atuarial elaborada pela Seori incluía, nas projeções das despesas, os valores de pensões especiais, que, em regra, são benefícios sem contribuição, regidos por leis específicas diversas, por exemplo, de veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai, Lei das Sete Pragas, Montepio militar, dentre outras, não relacionadas às regras do 'regime' previdenciário militar em vigor. Considerou-se que essa inclusão pode distorcer as informações de duas maneiras. A primeira delas diz respeito ao aumento no volume de benefícios pagos para os quais não houve a respectiva contribuição. A segunda relaciona-se a mudanças nas características da população militar de pensionistas, haja vista que muitas das leis que concederam pensões especiais são muito antigas e incluem regras bastante distintas daquelas em vigor para os militares ativos e inativos. Dessa forma, recomendou-se, por meio do item 9.12, que a Seori ponderasse a conveniência e a oportunidade de elaborar avaliação atuarial que possibilitasse discriminar as projeções e resultado atuarial com e sem a inclusão das informações referentes aos benefícios decorrentes de pensões especiais.

II.8.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

71. Em resposta ao Ofício de Requisição 06-011/2015, o MD considerou as determinações e recomendações a ela dirigidas (9.3.2, 9.5 e 9.12) como não aplicáveis.

72. A unidade jurisdicionada alega que as despesas com militares inativos constituem encargos constitucionais não passíveis de avaliação financeira e atuarial tendo em vista o regime jurídico próprio dos militares. Argumentam que os militares não contribuem para a formação de fundo para a inatividade, nem existe contrapartida patronal, e, por isso, não é possível a realização de avaliação financeira e atuarial. Além disso, defendem que não há obrigação jurídica para evidenciação contábil do passivo atuarial, já que as Forças Armadas não são mencionadas nas normas que tratam de obrigações contábeis e atuariais (Ofício 2601/Seori/SG-MD, de 13/03/2015 – peça 39).

73. Já a STN, por meio do Ofício 96/2015/Coger/Gabin/STN-DF (peça 44), quanto ao item 9.5 classificou a determinação como “em cumprimento”. O órgão reproduz as posições defendidas pelo MD, acrescentando que a classificação das despesas com os militares inativos será discutida com o Ministério do Planejamento por ocasião da elaboração do PLDO 2016, já que o MD entende que sua classificação como ação de previdência está equivocada.

74. Quanto à recomendação do item 9.12, alegam que as pensões especiais estranhas à Lei das Pensões Militares constituem benefício sob forma jurídica de reparação ou indenização, sem contrapartida financeira. Por isso, informam que, a partir do PLDO 2014, não foram mais consideradas as pensões especiais (Ofício 2601/Seori/SG-MD, de 13/03/2015 – peça 39).

75. No mesmo sentido, a Casa Civil, com relação à recomendação do item 9.11.1, argumenta que os encargos da União com militares inativos e seus pensionistas se afastam do conceito de regime previdenciário com contrapartida, sendo suas despesas encargos (custos constitucionais) da União. Assim, os termos déficits atuariais, equilíbrio financeiro e atuarial, passivo atuarial não se aplicariam à análise dos encargos financeiros da União (peça 38).

II.8.3. Análise

76. As deliberações do Acórdão 2.059/2015 – Plenário relativas à inclusão das despesas previstas com militares inativos nas avaliações atuariais constantes dos PLDO (item 9.3.2) e dos RREO do último bimestre do ano (item 9.5), à avaliação de alternativas de financiamento para os encargos da União com militares inativos e pensionistas, tendo em vista o crescente déficit financeiro verificado (item 9.11.1), e à discriminação das projeções e resultado atuarial com e sem as pensões especiais (item 9.12) constituem medidas que buscam, de um lado, aumentar a transparência e publicidade dessas informações, favorecendo e aperfeiçoando o processo de planejamento de longo prazo do Governo Federal, e, de outro, buscar alternativas para assegurar a sustentabilidade dos regimes próprios de previdência. Dessa forma, devem ser analisadas em conjunto, como diferentes aspectos de uma mesma questão.

77. Analisando a projeção atuarial de 2015 (PLDO 2015), verifica-se que não consta cálculo atuarial com inativos, sendo este realizado apenas para as pensões. Quanto a essas últimas, constatou-se que estão contempladas apenas as pensões previstas na Lei das Pensões Militares, não estando evidenciadas as pensões especiais.

78. Da mesma forma, os relatórios resumidos da execução orçamentária dos últimos bimestres de 2013 e 2014 não contêm a projeção atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas.

79. A ausência de evidências sobre o cumprimento das determinações vai ao encontro da posição defendida pelo Ministério da Defesa, que deixa clara sua não concordância com a inclusão desses cálculos e projeções. Os argumentos apresentados pelo MD em resposta ao Ofício de Requisição 06-011/2015 (peça 32), bem como os argumentos da Casa Civil e STN (peças 38 e 44), são os mesmos apresentados no pedido de reexame do Acórdão 2.059/2012 (peça 5) e defendem a natureza não previdenciária dos benefícios relativos aos militares, motivo pelo qual alegam que as deliberações não seriam aplicáveis.

80. Há que se destacar, no entanto, que o pedido de reexame foi apreciado pelo TCU por meio do Acórdão 2.468/2013 – Plenário, que considerou improcedentes os questionamentos trazidos pela

unidade jurisdicionada, mantendo as deliberações. Na oportunidade, considerou-se que as avaliações atuariais dos militares visam a atender ao princípio da publicidade e estão perfeitamente aderentes ao art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da LRF, e que a não inclusão dos gastos com militares inativos no cálculo do resultado atuarial causa distorções na estimativa dos recursos necessários para pagamento dessas despesas (peças 17 e 18).

81. Ressalte-se, ainda, que, para fins de elaboração do Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, são incluídas as despesas com as reformas militares, nos termos do art. 53, inciso II, da LRF, e, por conseguinte, essas despesas entram no cálculo do resultado previdenciário do RPPS. O mesmo ocorre com as pensões especiais. Esse fato vai de encontro aos argumentos apresentados pelo MD e pela Casa Civil, não se vislumbrando motivos para que o conceito de despesa previdenciária se aplique apenas aos demonstrativos que apuram a situação atual (déficit financeiro), e não seja aplicável às projeções de longo prazo (déficit atuarial).

82. Assim, considera-se que, até o momento, as determinações dos itens 9.3.2 e 9.5 não foram cumpridas, e que a recomendação do item 9.11.1 não foi implementada.

83. Quanto ao item 9.12, os argumentos apresentados pela Seori em resposta ao Ofício de Requisição 06-011/2015 não divergem das constatações da auditoria que deu origem ao Acórdão 2.059/2012 – Plenário. Na oportunidade, considerou-se que a inclusão de pensões especiais na avaliação atuarial, conforme observado à época, poderia distorcer as informações, por tratar-se de benefícios sem contribuição (item 2.6.2.4 do relatório de auditoria). Diante desse cenário, o Acórdão 2.059/2012 – Plenário recomendou que se passasse a evidenciar, nas avaliações atuariais, os valores dessas pensões especiais de forma separada das demais pensões, como forma de reduzir possíveis distorções e dar maior transparência aos dados. Assim, recomendou-se que a avaliação atuarial possibilitasse discriminar as projeções e o resultado atuarial com e sem a inclusão das informações das pensões especiais.

84. Conforme informações da Seori, a partir do PLDO 2014 não foram mais consideradas as pensões especiais nas avaliações atuariais. Por isso, entende-se que a recomendação foi parcialmente implementada, já que a exclusão das pensões especiais reduz possíveis distorções nos resultados atuariais e nas características demográficas da população de militares. Entretanto, tendo em vista que os desembolsos com pensões especiais constituem despesas de caráter continuado a serem suportadas pelo Tesouro Nacional por longo prazo, considera-se que também devem ser evidenciadas, em separado, as expectativas de dispêndios futuros com essas pensões, tendo em vista, entre outros, os princípios da publicidade e da transparência, o que não vem sendo feito pelo Poder Executivo. Assim, propõe-se expedir determinação complementar nesse sentido, alertando os gestores para a possibilidade de multa no caso de não atendimento.

85. É importante destacar que os assuntos em exame foram tratados por esta Corte de Contas também em outros dois processos durante o ano de 2014: no TC 005.956/2014-5, que examinou as Contas de Governo do Exercício de 2013, e no TC 010.651/2014-4, relativo ao Relatório Sistemático da Função Previdência Social. Em ambos, foram expedidas determinações ou recomendações a diferentes órgãos do Executivo relativamente ao tema.

86. O Acórdão 1.338/2014 – Plenário, prolatado no âmbito das Contas de Governo de 2013, entre outras providências, recomendou ao Ministério da Defesa que calculasse o valor presente das projeções atuariais das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas, bem como das projeções atuariais das pensões militares (item 2.XVII.a e b). Recomendou, ainda, que o MD e a STN, sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República, tomassem as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo atuarial referente às despesas com militares inativos e com pensões relativas aos militares das Forças Armadas (item 2.XVIII.a e b).

87. Por serem deliberações correlatas, o atendimento a essas recomendações poderá suprir as exigências constantes dos itens 9.3.2 e 9.5 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário. No entanto, considerando que os gestores não reconhecem a necessidade de realizar e divulgar projeções

atuariais das despesas com aposentados militares e seus pensionistas, em que pesem as deliberações do TCU no Acórdão 2.059/2012 – Plenário (reafirmadas, inclusive, em sede de recurso, no Acórdão 2.468/2013 – Plenário), faz-se necessário reiterar tais determinações aos gestores, alertando-os que o seu não cumprimento poderá sujeitá-los à multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992.

88. Em outro processo que tratou do assunto, relativo ao relatório sistêmico, o Acórdão 3.414/2014 – Plenário determinou à Casa Civil da Presidência da República que, no prazo de doze meses, apresentasse plano de ação para atacar as fragilidades identificadas nos Encargos Financeiros da União com os militares inativos e seus pensionistas, em especial quanto à indefinição da classificação de características dos encargos com inativos como previdenciárias ou administrativas e quanto ao déficit operacional e atuarial do regime (item 9.1.3). O atendimento a essa determinação, que será monitorada em processo específico, também contemplaria o atendimento da recomendação constante do item 9.11.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário. Por esse motivo, embora a recomendação não tenha sido atendida, mostra-se desnecessária a realização de novo monitoramento sobre esse item no âmbito do presente processo.

(...)

II.8.5. Conclusão: não cumpridas (9.3.2 e 9.5), não implementada (9.11.1) e parcialmente implementada (9.12).

II.8.6. Proposta de encaminhamento:

89. Considerar não cumpridas as determinações contidas nos itens 9.3.2 e 9.5 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário e não implementada a recomendação do item 9.11.1.

90. Considerar parcialmente implementada a recomendação contida no item 9.12.

91. Determinar a realização de novo monitoramento dos itens 9.3.2, 9.5 e 9.12, após um prazo de doze meses.

92. Reiterar as determinações proferidas nos itens 9.3.2 e 9.5 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, fixando prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atendimento e alertando os gestores da Seori e da STN que o não cumprimento das medidas, sem motivo justificado, poderá ensejar sua responsabilização, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992, e do art. 268, incisos VII, VIII e § 3º, do Regimento Interno do TCU.

93. Determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori) que, além das projeções atuariais relativas às pensões previstas na Lei das Pensões Militares que já são elaboradas, elabore, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em separado, avaliação atuarial com as projeções e resultado atuarial referentes aos benefícios decorrentes de pensões especiais oriundas de veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai, Lei das Sete Pragas, Montepio militar, ex-combatentes e outras semelhantes, tendo em vista que tais pensões constituem despesas de caráter continuado a serem suportadas pelo Tesouro Nacional por longo prazo, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência e ao disposto ao art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a” da LRF.

94. Determinar à Seori e à STN que apresentem, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento das determinações contidas nos itens 9.3.2 e 9.5 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário e no presente processo, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.9. Determinação 9.4.1

‘9.4 determinar ao Ministério da Previdência Social, responsável pela elaboração das avaliações atuariais do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) da União, e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), responsável pela publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que tomem providências, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, para:

9.4.1 aumentar a duração do período prospectivo da projeção atuarial do RPPS publicada no RREO, de modo similar ao período contemplado na avaliação atuarial presente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tendo em vista o aumento, que pode advir da implementação da referida

mudança, no nível de transparência das informações concernentes à sustentabilidade deste regime previdenciário'

II.9.1. Situação que levou à proposição da deliberação

95. *As avaliações atuariais do RPPS dos servidores da União incluídas nos projetos de LDO referentes aos exercícios de 2007 a 2011 foram elaboradas com a estimativa de receita e despesa para um período de, pelo menos, 94 anos, enquanto que as projeções atuariais apresentadas no RREO referente aos anos de 2007 a 2009 contemplaram período de apenas 35 anos. O Manual de Demonstrativos Fiscais previa que a projeção atuarial seria elaborada para um universo de pelo menos 75 anos, conforme dispunha a Portaria MPAS 4.992/1995, revogada e substituída pela Portaria MPS 403/2008.*

96. *A principal causa para a discrepância constatada baseia-se na ausência de previsão explícita na Portaria MPS 403/2008 a respeito do período de evidenciação da projeção atuarial a ser publicada no RREO e no PLDO.*

97. *A evidenciação da projeção atuarial apresentada no RREO, que contemplou um universo exíguo de anos (apenas 35 anos), reduz o nível de transparência da gestão do RPPS, pois dificulta o exame dos impactos de receita e despesa previdenciárias do regime no longo prazo. Esse procedimento agrava-se pelo fato de que as avaliações atuariais que compõem os projetos de LDO, que são mais completas quanto à quantidade de informações, não têm sido replicadas nos anexos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias.*

II.9.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

98. *No Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da SPSS (peça 34, pp. 37-38), a SPSS considera que a deliberação foi atendida no exercício de 2013. Menciona que elaborou e enviou a projeção atuarial à STN contemplando os próximos 75 anos (2014 a 2088).*

II.9.3. Análise

99. *Compulsando os RREO dos últimos bimestres de 2013 e 2014, verifica-se que a projeção já é realizada para um período de 75 anos (peça 51, pp. 48-49 e peça 48, pp. 44-45), conforme projeção que é realizada para o PLDO.*

(...)

II.9.5. Conclusão: cumprida.

II.9.6. Proposta de encaminhamento:

100. *Considerar cumprida a determinação 9.4.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.*

II.10. Determinação 9.4.2

'9.4 determinar ao Ministério da Previdência Social, responsável pela elaboração das avaliações atuariais do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) da União, e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), responsável pela publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que tomem providências, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, para: [...]

9.4.2 publicar, no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), um demonstrativo específico das receitas e despesas referentes ao regime próprio dos servidores públicos civis e outro demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias associadas aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, tendo em vista o que estabelece o art. 40, § 20, c/c o art. 142, § 3º, inciso X, da Constituição Federal, e o art. 53, inciso II, c/c o art. 48, caput, da Lei Complementar 101/2000;'

II.10.1. Situação que levou à proposição da deliberação

101. *A deliberação foi motivada pela constatação de falta de segregação dos resultados previdenciários concernentes aos militares das Forças Armadas e aos servidores civis. Verificou-se que os demonstrativos das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio dos servidores públicos que compõem o RREO incluem todas as receitas e despesas tanto do regime civil quanto do regime dos militares. Assim, o resultado previdenciário do RPPS publicado no RREO agrega dados referentes às duas categorias de servidores (peça 24, pp. 30-31, item 2.7.3.3).*

102. Considerou-se que a apuração de resultados de regimes tão díspares em um mesmo demonstrativo prejudica a evidenciação dos resultados, podendo comprometer a avaliação de equilíbrio dos regimes e decisões técnicas e políticas a eles concernentes, ferindo o princípio da transparência pública.

II.10.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

103. Por meio do Ofício 96/2015/Coger/Gabin/STN-DF, de 27/03/2015, a STN argumenta que o demonstrativo atual segue modelo estabelecido para todos os entes da federação e já apresenta, de forma segregada, os valores das receitas e despesas do pessoal civil e do pessoal militar da União. Entretanto, informa que, a partir do primeiro bimestre de 2015 passará a publicar um quadro específico no RREO com as despesas e receitas associadas ao pessoal militar (peça 44).

II.10.3. Análise

104. Verificando o RREO do segundo bimestre de 2015 (peça 57, p. 61), não foi constatada a inclusão dos novos demonstrativos propostos na determinação ora monitorada. Dessa forma, a determinação não pode ser considerada cumprida, havendo a necessidade de reiterá-la em relação à STN, órgão responsável pela publicação do RREO.

(...)

II.10.5. Conclusão: não cumprida.

II.10.6. Proposta de encaminhamento:

105. Considerar não cumprida a determinação contida no item 9.4.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, reiterar a determinação à STN e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses, alertando para a possibilidade de multa no caso de não atendimento.

106. Determinar à STN que apresente, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento da determinação contida no item 9.4.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.11. Determinação 9.6

‘9.6 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN) que, conjuntamente, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, regulamentem os procedimentos para a elaboração de demonstrativos contábeis afetos aos resultados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), inclusive o fluxo de caixa, segregando as informações referentes ao RGPS daquelas associadas às contas do INSS, como estabelece o art. 68 da Lei Complementar 101/2000;

II.11.1. Situação que levou à proposição da deliberação

107. As informações sobre as receitas e despesas do RGPS, incluindo seu resultado financeiro, compõem o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social, Anexo IV do RREO (art. 53, inciso II, da LRF), e o Demonstrativo do Resultado Primário da União, Anexo VIII do RREO (art. 53, inciso III, da LRF). Atualmente, a apuração do resultado financeiro do RGPS baseia-se em informações extraídas do fluxo de caixa do INSS. As receitas e despesas do RGPS são identificadas no fluxo de caixa após a exclusão de algumas receitas e despesas, tais como aquelas relacionadas ao ‘Sistema S’, cujas entradas e saídas passam pelo caixa do INSS, porém não pertencem ao RGPS.

108. A apuração do resultado do RGPS com base no fluxo de caixa do INSS, que inclui receitas e despesas não relacionadas ao regime, pode aumentar o risco de erros associados a inclusões ou exclusões indevidas de receitas ou despesas não pertencentes ao regime. Além disso, a falta de regulamentação do demonstrativo de fluxo de caixa do INSS, na forma de instruções ou manuais institucionalmente sancionados, eleva a probabilidade de alterações procedimentais que podem afetar os resultados, prejudicando, desta maneira, a identificação dos fatores que influenciam o regime e a análise de séries históricas. Tendo em vista o alto nível de materialidade das receitas e despesas do RGPS, ao redor de R\$ 200 bilhões em 2009, a ocorrência de erros ou alterações nos procedimentos de apuração podem produzir significativos impactos no orçamento e demais atividades de planejamento das ações do governo federal.

II.11.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

109. O INSS informou, em 2012 (peça 9, pp. 60-62), que adotou as seguintes medidas para atender à determinação: criação do órgão FRGPS no Siafi (37904); criação das Unidades Setoriais Orçamentária, Financeira e Contábil; Criação de CNPJ do FRGPS para as novas unidades vinculadas ao novo órgão (16727230/0001-97); criação de estrutura organizacional do FRGPS; segregação da folha de benefícios administrados pelo INSS; implantação do Sistema de Pagamentos de Benefícios. Informam ainda que a PGFN se pronunciará quanto à legalidade de transferências dos créditos administrativos e inscritos em dívida ativa, hoje registrados na RFB e na PGFN, para as unidades do Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS).

110. Por meio do Ofício 122/Gabpre/INSS, de 16/03/2015 (peça 37, pp. 64-66), os gestores chegam a considerar a determinação cumprida, por terem criado no Siafi o órgão 37904, segregando as despesas previdenciárias das não previdenciárias e transferindo o patrimônio imobiliários do INSS para o FRGPS. Nesse ofício não foram informadas medidas referentes a regulamentação dos procedimentos para a elaboração do fluxo de caixa.

111. Sobre esse assunto, os gestores esclarecem (peça 54, p. 49, Ofício 167/Gabpre/INSS, de 10/04/2015) que, além de implantar o órgão do FRGPS, são elaborados três demonstrativos, relacionados ao Fluxo de Caixa do INSS:

a) “consolidado – saldo operacional”: incluiu todas as receitas e despesas que transitam pelo INSS, não apenas as previdenciárias (por exemplo, assistenciais, Sistema S, custeio, pessoal, EPU, etc);

b) “resultado da arrecadação x benefícios do RGPS”: com base no qual é apurado o resultado primário da Previdência Social, ou seja, o resultado do regime;

c) “resultado da arrecadação x benefícios do FRGPS por clientela”: onde são apurados os resultados rural, urbano e a compensação previdenciária.

112. Informa ainda que, com o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGOFC) iniciou “estudos e efetivação de um plano de trabalho visando a melhoria na obtenção de informações” com o objetivo de sistematizar a elaboração do fluxo de caixa, o que culminará em sua regulamentação, com previsão de conclusão até dezembro de 2015.

113. A STN trouxe informações semelhantes às aquelas fornecidas pelo INSS, sobre a criação de órgão próprio para o FRGPS, além de acrescentar que no RREO as informações já eram segregadas (peça 44, p. 3).

114. O MPS, além de informações já fornecidas pelo INSS, menciona a implantação do Sistema de Pagamento de Benefícios (SisPagBen), que possibilitará a segregação das informações entre benefícios previdenciários e não previdenciários (peça 23, pp. 37 e 114-131). Além disso, também encaminha parecer da PGFN segundo o qual os créditos relativos às contribuições previdenciárias pertencem à União, não podendo ser considerados do FRGPS, mas os valores arrecadados são destinados exclusivamente ao FRGPS.

II.11.3. Análise

115. As informações prestadas pelo gestor permitem concluir que foram adotadas medidas para segregar contabilmente as receitas e despesas do FRGPS daquelas pertencentes ao INSS, ao mesmo tempo em que ainda não foi regulamentada a forma de elaboração do fluxo de caixa do INSS.

116. Informações adicionais fornecidas pela STN demonstram a necessidade de regulamentação desse importante demonstrativo. Segundo a STN, embora o órgão do FRGPS já tivesse sido criado em 2012, receitas do FRGPS continuaram sendo associadas ao órgão do INSS, ocasionando diferenças a menor no item de receitas dos demonstrativos RREO de 2012 e 2013 que somaram, respectivamente, R\$ 32 e 50 bilhões (peça 53, p. 4). Tal informação reforça a necessidade de regulamentar a elaboração do fluxo de caixa do INSS.

117. Diante disso, conclui-se que a determinação encontra-se em cumprimento, sendo necessário realizar novo monitoramento do item 9.6 após decorrido um prazo de doze meses, quando,

segundo os gestores, os procedimentos para elaboração do fluxo de caixa do INSS devem estar concluídos, determinando ainda que os gestores encaminhem plano de ação com as medidas necessárias para seu atendimento.

(...)

II.11.5. Conclusão: em cumprimento com prazo expirado.

II.11.6. Proposta de encaminhamento:

118. Considerar a determinação contida no item 9.6 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário como em cumprimento e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses.

119. Determinar ao INSS e à STN que apresentem, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento da determinação contida no item 9.6 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazos, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.12. Determinação 9.7

‘9.7 determinar à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) do Ministério da Fazenda (MF) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, examinem as causas da redução no valor dos parcelamentos nos âmbitos administrativo e judicial e da diminuição dos pagamentos da dívida previdenciária, tendo em vista a tendência observada nos exercícios de 2007 a 2009 acerca do estoque de dívida previdenciária;’

II.12.1. Situação que levou à proposição da deliberação

120. A dívida previdenciária cresceu de R\$ 294 bilhões em 2007 para R\$ 319 bilhões em 2009, sendo que o percentual de parcelamentos caiu de 28% (R\$ 83 bilhões) para 11,3% (R\$ 36 bilhões) no mesmo período, enquanto os pagamentos variaram de R\$ 8,1 bilhões (2,8%) para R\$ 5,9 bilhões (1,9%). A determinação solicita que os órgãos envolvidos examinem as causas para a redução no valor dos parcelamentos e dos pagamentos da dívida previdenciária.

II.12.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

121. A PGFN informa (relatório de gestão PGFN, exercício de 2013, peça 34, pp. 7-8) que, entre os anos de 2008 e 2009, a expectativa pela possibilidade de pagamento à vista e parcelamento com descontos que se concretizou com a Lei 11.941/2009 foi o fator primordial para o decréscimo de parcelamentos. Em 2009, exigiu-se dos optantes o pagamento de parcelas mínimas até a consolidação da dívida que só veio a ocorrer em 2011.

122. Outra possível causa apontada seria a Súmula Vinculante 8 do STF (DOU de 20/06/2008) que considerou inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei 8.212/1991, diminuindo o prazo de cobrança dos débitos previdenciários de 10 para 5 anos. Dessa forma, créditos deixaram de ser cobrados por decadência ou prescrição.

123. A RFB informa (peça 11, pp. 4-6) que a redução nas carteiras e na arrecadação dos parcelamentos previdenciários é consequência da sucessiva criação de parcelamentos especiais a partir do ano de 2006. Segundo os gestores, no período entre a adesão ao parcelamento e o cálculo da prestação mensal (consolidação do parcelamento), o contribuinte recolhe mensalmente apenas uma parcela mínima (de R\$ 100,00 a R\$ 500,00), com valor muito inferior à quantia final da parcela. Com isso, a arrecadação proveniente do parcelamento fica bastante reduzida nesse período.

124. Informa ainda que a construção dos sistemas de cálculo do parcelamento pela Dataprev tem demorado, em média, três anos a partir dos pedidos de parcelamento, prolongando assim o período em que o contribuinte paga apenas a parcela mínima mensal. Nota Técnica da RFB, de setembro de 2011, aponta que a falta de sistema de consolidação dos parcelamentos previdenciários obrigava as unidades da RFB e da PGFN a realizar os procedimentos de cobrança e cálculo de maneira manual, retardando sua conclusão, e tende a agravar a perda de arrecadação, pois o contribuinte deixa de ser excluído dos parcelamentos nos quais está inadimplente (peça 24, p. 9).

125. Os gestores relatam que a situação começou a ser revertida com a consolidação do sistema de cobrança da Dataprev em 2008 e com a implementação do sistema de parcelamentos previdenciários do “Refis 2009” pelo Serpro, a partir de 2011. Encaminham tabelas (peça 11, pp. 13

e 14) demonstrando que o valor do estoque de dívida previdenciária aumentou 91% de 2010 a 2012 e que o valor arrecadado, decorrente de parcelamentos, aumentou 64% no período, alcançando R\$ 12,3 bilhões em 2012.

II.12.3. Análise

126. As causas apontadas pela PGFN e pela RFB (expectativa e adesão a novos parcelamentos, demora na consolidação da dívida, atraso no desenvolvimento de sistemas e redução no prazo prescricional decorrente de mudança de entendimento do Poder Judiciário) explicam a situação descrita no relatório de auditoria.

127. Conforme os gestores, as dificuldades, principalmente quanto à consolidação das dívidas, têm sido superadas e os valores arrecadados apresentaram significativa recuperação, aumentando de R\$ 5,9 bilhões em 2009 para R\$ 12,3 bilhões em 2012, ou seja, 108% de incremento na arrecadação com parcelamentos.

(...)

II.12.5. Conclusão: cumprida.

II.12.6. Proposta de encaminhamento:

128. Considerar cumprida a determinação do item 9.7 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

II.13. Determinação 9.8.2

‘9.8 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), às Secretarias da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) que, conjuntamente, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias: [...]’

9.8.2 contabilizem os recursos arrecadados relacionados à aposentadoria especial, conforme o disposto no § 6º do art. 57 da Lei 8.213/1991, evidenciando, no fluxo de caixa do INSS ou em outros demonstrativos, o resultado das receitas arrecadadas de acordo com o que estabelece o inciso II do art. 22 da Lei 8.212/1991 e no § 6º do art. 57 da Lei 8.213/1991, e as despesas com os benefícios, previstos nos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 (aposentadoria especial) ou concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais de trabalho (benefícios acidentários);’

II.13.1. Situação que levou à proposição da deliberação

129. O inciso II do art. 22 da Lei 8.212/1991 e o § 6º do art. 57 da Lei 8.213/1991 estabeleceram contribuições com o objetivo específico de financiar a aposentadoria especial e os benefícios concedidos ‘em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho’, ou seja, benefícios resultantes de acidentes de trabalho. Apesar disso, não são encontradas, no fluxo de caixa do INSS, ou em qualquer outro demonstrativo, informações que permitam avaliar se tais receitas têm sido suficientes para cobrir as despesas com benefícios acidentários e com aposentadoria especial.

II.13.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

130. O MPS informou que os dados de emissão de aposentadoria por tempo de contribuição são divulgados mensalmente no Boletim Estatístico da Previdência Social e também no Anuário, sendo computados nas despesas do RGPS (peça 25, p. 23).

131. A STN alegou que os registros contábeis dessas despesas e respectivas receitas não são de sua competência (peça 44, pp. 3-4). De maneira análoga, o INSS argumentou que compete à RFB a apropriação das receitas relativas à aposentadoria especial, cabendo ao INSS apropriar as despesas, o que já é feito (peça 37, pp. 64-66).

132. A RFB informou que no sistema e-Social, que está em fase de desenvolvimento e implantação, haverá rubrica própria, permitindo a discriminação dos valores arrecadados relacionados à aposentadoria especial (peça 40, p.5). Segundo a informação mais recente, o cronograma do e-Social prevê sua conclusão em 01/12/2016 (peça 55, pp. 3-4).

II.13.3. Análise

133. As respostas encaminhadas pelas unidades jurisdicionadas indicam que, até momento, a determinação do item 9.8.2 não foi cumprida. A justificativa apresentada é de que os órgãos não

dispõem de informações sistematizadas que permitam atender a determinação, e que, apenas com a implantação de um novo sistema sob responsabilidade da RFB, o e-Social, o cumprimento da deliberação seria possível.

134. Segundo as informações encaminhadas pela RFB (Ofício 192/2015-RFB/Gabin), a data prevista para conclusão da implantação do e-Social é dezembro de 2016, havendo, portanto, a perspectiva de que a determinação possa ser atendida a partir dessa data (peça 55, pp. 3-4). Faz-se necessário realizar novo monitoramento após um prazo de doze meses e solicitar, dos gestores, o envio de plano de ação.

(...)

II.13.5. Conclusão: em cumprimento com prazo expirado.

II.13.6. Proposta de encaminhamento:

135. Considerar a determinação do item 9.8.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário como em cumprimento com prazo expirado e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses.

136. Determinar à RFB, ao INSS e à STN que apresentem, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento das determinações contidas no item 9.8.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazo, nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.14. Determinação 9.10.1

'9.10 determinar ao Ministério da Previdência Social (MPS) e às Secretarias da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) que, conjuntamente, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias:

9.10.1 aprimorem a sistemática de cálculo da renúncia efetiva de receitas previdenciárias, de maneira a permitir sua apuração mensalmente, e possibilitem evidenciar o montante de renúncias previdenciárias efetivas nos demonstrativos dos resultados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), publicados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), tendo em vista o grande volume de renúncias previdenciárias, o impacto que elas exercem sobre o déficit do RGPS, a necessidade de garantir equilíbrio financeiro e atuarial do regime (art. 201, **caput**, da CF/1988), o preceito de transparência nas contas públicas (art. 1º, § 1º, da LRF), a atribuição do Sistema de Contabilidade Federal de evidenciar a renúncia de receitas (art. 15, inciso VII, da Lei 10.180/2001), e a obrigação do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) de divulgar informações atualizadas sobre receitas, despesas e resultados do RGPS (art. 80, inciso VII, da Lei 8.212/1991);'

II.14.1. Situação que levou à proposição da deliberação

137. A auditoria que deu origem ao Acórdão 2.059/2012 – Plenário verificou que as renúncias de receitas previdenciárias, em que pese sua materialidade (cerca de R\$ 17 bilhões em 2009), não eram evidenciadas em demonstrativos que garantissem a transparência e publicidade dessa informação. Constatou-se que o único demonstrativo publicado pela STN sobre esses valores era a estimativa de renúncias previdenciárias que compõe o Anexo de Metas Fiscais da LDO, contemplando a previsão de renúncia de receitas para os anos seguintes. Não havia, portanto, documento que explicitasse os valores efetivos das renúncias (peça 24, pp. 42-43, item 3.2.6).

138. Foi verificado que a RFB produzia um relatório anual contendo a “renúncia estimada com base em dados efetivos”, encaminhado à Semag/TCU como subsídio para análise das Contas de Governo e publicado na página da RFB. No entanto, considerou-se que essa divulgação não fornecia publicidade suficiente às informações, prejudicando a transparência e a avaliação das causas dos déficits do RGPS.

II.14.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

139. A RFB, por meio do Ofício 712/2014-RFB/Gabinete, de 03/10/2014, informou que não é possível a inclusão da apuração mensal da renúncia previdenciária com base em dados efetivos na RREO, já que a defasagem para apuração é de no mínimo três meses e o RREO tem que ser publicado no mês seguinte ao mês de referência. Como alternativa, a RFB propõe incluir no RREO a projeção

da renúncia estimada com base em dados efetivos mais recentes, utilizando parâmetros macroeconômicos mais atuais, embora a qualidade da informação produzida seja menor quanto menor for o prazo a partir do prazo legal de entrega da GFIP (peça 22, pp. 6-9).

140. Informou ainda que, com o objetivo de atender à determinação do TCU, o Sistema de Informações Fiscais (SIF) da RFB, que contém informações da GFIP, foi alterado para que sua carga seja realizada mensalmente, e foi aberta demanda junto à Dataprev para que o nível de detalhamento fosse ampliado.

141. Por meio do Ofício 131/2015-RFB/Gabinete, além de reafirmar sua posição anterior, a RFB é assertiva quanto à inviabilidade do atendimento à determinação nos termos exatos do acórdão (peça 40, p. 7): "não há possibilidade da inclusão tempestiva da apuração mensal da renúncia previdenciária com base em dados efetivos nos demonstrativos dos resultados" do RGPS e no RREO.

142. A RFB informou que, até o momento, a maior parte das estimativas de renúncia previdenciária continua sendo feita anualmente, para subsidiar a elaboração da LDO e da LOA, à exceção da renúncia relativa à desoneração da folha de pagamentos, realizada com defasagem de quatro meses (peça 55, pp. 4-5).

143. Finalmente, a RFB informa que sua proposta de metodologia para viabilizar a disponibilização de informações mensais sobre renúncias previdenciárias no RREO ainda não foi implementada por não ter recebido resposta do TCU (peça 55, p. 5).

144. A STN classificou a determinação como não cumprida em seu relatório de gestão de 2013 (peça 34, p. 79) e, mais tarde, informou que a inclusão da renúncia de receitas previdenciárias no RREO depende de sua apuração pela RFB que, por sua vez, precisaria da anuência do TCU à proposta de inclusão de uma "projeção da renúncia estimada com base em dados efetivos mais recentes" (peça 44, p. 4).

II.14.3. Análise

145. Os argumentos apresentados pela RFB e pela STN são pela inviabilidade da apuração mensal, com publicação do RREO (que é bimestral), da renúncia efetiva de receitas previdenciárias. Alternativamente, a RFB propõe uma "projeção da renúncia estimada com base em dados efetivos mais recentes", nos seguintes termos (Ofício 712/2014-RFB/Gabinete, peça 22, p. 9):

11.17. Dessa forma, como alternativa para a inclusão dos valores mensais de renúncia previdenciária no RREO, a RFB propõe que tal relatório seja alimentado pela projeção da renúncia estimada com base em dados efetivos mais recentes, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos mais atuais. Tal valor seria distribuído mensalmente, de acordo com a sazonalidade da massa salarial observada em anos anteriores.

146. Os argumentos apresentados e o teor da determinação constante no item 9.10.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, para que os órgãos envolvidos "aprimorem a sistemática de cálculo da renúncia efetiva de receitas previdenciárias [...] e possibilitem evidenciar o montante de renúncias previdenciárias efetivas nos demonstrativos RREO", permitem concluir que os gestores têm envidado esforços para atender à determinação ora monitorada e que a proposta de metodologia vai ao encontro da deliberação.

147. Nesse sentido, destaca-se que, mesmo sem a anuência do TCU, os gestores informam já terem promovido alterações em seus sistemas de informação que viabilizem a extração dos dados necessários para a implementação da metodologia alternativa proposta.

148. Assim, cabe considerar a determinação como "em cumprimento" e informar os órgãos envolvidos (RFB, STN e MPS) que a metodologia proposta no Ofício 712/2014-RFB/Gabinete atenderá à determinação contida no item 9.10.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

(...)

II.14.5. Conclusão: em cumprimento com prazo expirado.

II.14.6. Proposta de encaminhamento:

149. Considerar o item 9.10.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário em cumprimento com prazo expirado e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses.

150. Determinar à RFB, à STN e ao MPS que apresentem, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento da determinação contida no item 9.10.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

151. Informar à RFB, à STN e ao MPS que a metodologia proposta no Ofício 712/2014-RFB/Gabinete atenderá à determinação contida no item 9.10.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

II.15. Determinação 9.10.2

‘9.10 determinar ao Ministério da Previdência Social (MPS) e às Secretarias da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) que, conjuntamente, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias: [...]’

9.10.2 separem e classifiquem contabilmente as receitas provenientes das contribuições dos segurados especiais daquelas recolhidas pelos produtores rurais pessoa física, referidos na alínea “a” do inciso V do art. 12 e no inciso VII do art. 12 da Lei 8.212/1991, respectivamente;’

II.15.1. Situação que levou à proposição da deliberação

152. Parte da receita rural é composta pela arrecadação sobre a comercialização da produção rural dos segurados especiais e de produtores rurais pessoa física. Os segurados especiais são aqueles que exercem suas atividades “individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração”, bem como seu cônjuge ou companheiro e seus filhos maiores de 16 anos, desde que trabalhem com o respectivo grupo familiar (art. 12, inciso VII, da Lei 8.212/1991). O produtor pessoa física, por sua vez, é aquele produtor que explora sua atividade em área superior a quatro módulos fiscais ou com auxílio de empregados, conforme descrito no art. 12, inciso V, alínea ‘a’, da Lei 8.212/1991, enquadrando-se na categoria de segurados denominada “contribuinte individual”.

153. Embora a contribuição de ambas as espécies de segurados tenha sido determinada no art. 25, incisos I e II, da Lei 8.212/1991, trata-se, em verdade, de contribuições com características diferentes. Enquanto a primeira consiste na contribuição pessoal que engloba todos os segurados que compõem o grupo familiar que explora aquela atividade em conjunto, a segunda é a contribuição patronal do produtor pessoa física sobre a folha de pagamento de seus funcionários. De acordo com as evidências da auditoria, não havia separação das contribuições dos segurados especiais daquelas provenientes dos produtores rurais pessoa física, sendo possível apenas elaborar estimativas com base em microdados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

II.15.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

154. O MPS informou que a arrecadação das contribuições sociais é de competência da RFB, conforme Lei 11.457/2007. Alegam, ainda, que atualmente não é possível segregar as contribuições dos segurados especiais daqueles valores recolhidos pelos produtores rurais pessoa física, e que essa segregação depende de ajustes em sistemas sob responsabilidade da RFB (peça 42, p. 7).

155. A STN argumentou que o atendimento da determinação depende da criação de códigos de arrecadação e da criação de naturezas de receita orçamentária específicas, atividades que competem à RFB e à Secretaria de Orçamento Federal, em conjunto com a STN (peça 44, p. 4).

156. Segundo a RFB, a sistemática de arrecadação atual das contribuições do produtor rural, seja como contribuinte individual, seja como segurado especial, possui duas formas: direta pelo segurado, ou por sub-rogação, quando o adquirente da produção retém o valor e recolhe de forma consolidada por meio de guia, sem informar os dados do produtor rural alienante. Informaram, ainda, que está em curso uma modificação na declaração atual, que passará a exigir do adquirente a identificação do CPF do produtor rural vendedor, bem como o valor da produção adquirida e da contribuição previdenciária retida. Ainda assim, não será possível que o adquirente informe a classificação do segurado contribuinte, o que impossibilita o registro contábil segregado. Dessa forma, o controle desses valores será feito apenas de forma extra contábil (peça 40, pp. 7-8 e 15-16).

157. Instada a informar se já seria possível controlar e segregar, por relatórios extra contábeis, as receitas provenientes de segurados especiais e de produtores rurais pessoa física (Ofício

de Requisição 07-011/2015, peça 43, pp. 1-2), a RFB limitou-se a informar que as alterações de sistemas necessárias a essa segregação ainda não foram implementadas, não esclarecendo qual o cronograma para sua implantação (peça 55, p. 3).

II.15.3. Análise

158. Os esclarecimentos prestados pelas unidades jurisdicionadas demonstram que a determinação contida no item 9.10.2 ainda não foi cumprida. Para seu cumprimento, são necessárias alterações no sistema de arrecadação das contribuições sociais da clientela rural, sob responsabilidade da RFB. Apesar de ter sido relatado que estão sendo adotadas medidas para realizar essas alterações, não foi encaminhado ao Tribunal um cronograma objetivo para o cumprimento da determinação.

159. Diante desse cenário, considera-se recomendável continuar monitorando o atendimento ao item 9.10.2 e estipular prazo para que as unidades jurisdicionadas envolvidas apresentem plano de ação para cumprimento da determinação, indicando responsáveis e prazos, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

(...)

II.15.5. Conclusão: em cumprimento com prazo expirado.

II.15.6. Proposta de encaminhamento:

160. Considerar em cumprimento a determinação do item 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses.

161. Determinar à RFB, à STN e ao MPS que apresentem, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento da determinação contida no item 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazos, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.16. Recomendação 9.11.2

‘9.11 recomendar à Casa Civil da Presidência da República que: [...]

9.11.2 insira, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias: (i) dispositivo que obrigue os órgãos a enviar as informações atuariais à Secretaria de Políticas da Previdência Social do Ministério da Previdência Social (SPS) anualmente, conforme modelo e dados especificados na Portaria MPS 403, de 10/12/2003, com o propósito de possibilitar a elaboração das projeções atuariais previstas no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, c/c o art. 53, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 101/2000; (ii) previsão de fonte de custeio que seja suficiente para cobrir totalmente os aumentos de despesa decorrentes da majoração de benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tais como aqueles atrelados ao salário mínimo, tendo em vista o que determina o art. 195, § 5º, da Constituição Federal de 1988;’

II.16.1. Situação que levou à proposição da deliberação

162. As avaliações atuariais estão previstas no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea ‘a’, c/c art. 53, § 1º, inciso II, da LRF e Portaria MPS 403, de 10/12/2003 e são elaboradas com dados de pessoal do Poder Executivo (informações de órgãos abrangidos pelo Siape, mais Banco Central do Brasil e Agência Brasileira de Inteligência); Poder Judiciário (abrangendo Justiça Eleitoral – TSE e TREs, Justiça do Trabalho – TST e TRTs, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Conselho de Justiça Federal); Tribunal de Contas da União; Câmara dos Deputados; Senado Federal; Ministério Público da União (envolvendo MP do Distrito Federal e Territórios, MP Federal, MP Militar e MP do Trabalho).

163. No entanto, há inadimplemento dos órgãos no envio das informações cadastrais. A principal causa para os órgãos não enviarem as informações de pessoal que subsidiam a elaboração de projeções atuariais é a inexistência de legislação e normativos que, explicitamente, regulamentem a obrigação dos órgãos e seus respectivos gestores de cumprirem com esta tarefa e prevejam penalidades contingentes ao seu não cumprimento.

164. A indisponibilidade de informações a respeito dos servidores ativos, inativos e pensionistas resulta na imprecisão das informações geradas pela projeção atuarial dos servidores civis da União, comprometendo a apuração de resultado atuarial, justificando o item “i” da recomendação.

165. O item “ii” decorre da análise do impacto do aumento do salário mínimo em índices acima da inflação sobre os resultados do RGPS. O relatório de auditoria destaca o art. 195, § 5º, da CF/1988, que determina que “nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”.

166. O relatório demonstra que, de 2001 a 2009, o déficit relacionado à clientela rural (que paga a quase totalidade de seus benefícios no valor do salário mínimo) aumentou sistematicamente de 0,98% para 1,28% do PIB, indicando que o crescimento real da economia não tem sido suficiente para cobrir totalmente a majoração dos benefícios rurais.

II.16.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

167. Por meio do Ofício 267/SE-C.Civil/PR, de 17/04/2015, a Casa Civil informa que “a temática da recomendação está sendo analisada pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta 218, de 19/12/2014, e encaminha os Ofícios 50/2015/Seafi/SOF/MP e 122/SE/MPS, que trazem a posição dos órgãos sobre as recomendações (peça 60).

168. A SOF, quanto ao item “i” da recomendação, entende que o encaminhamento proposto pelo TCU é inadequado em razão do instrumento sugerido. Segundo ela, o próprio PLDO inclui a avaliação atuarial do RPPS em um de seus anexos de metas fiscais. Assim, a inclusão de dispositivo que obrigue a prestação de informações no próprio PLDO não é compatível, pois essa exigência deveria ser prévia à LDO. Assim, recomendam que a obrigação seja definida por outro normativo, que não o PLDO, caso seja avaliada a conveniência pela previsão legal da obrigação de prestar as informações em questão (peça 60, p. 4).

169. Já o MPS admite as dificuldades para obter as bases de dados e a deficiência dos dados fornecidos, mas informa que não tem condições de estabelecer um juízo de valor sobre a adequação de se inserir previsão dessa natureza na LDO. Disse defender a criação da unidade gestora única para o RPPS da União, que teria a responsabilidade de consolidar os dados dos servidores públicos federais e elaborar a avaliação atuarial, cabendo ao MPS apenas a supervisão. Argumenta também que o órgão que mais se aproxima do conceito de unidade gestora do RPPS seria a Secretaria de Gestão Pública (Segep) do MPOG, que é o órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipep) (pp. 8-9).

170. Quanto ao item “ii”, a SOF considera que a recomendação não é razoável. O órgão ressalta que o aumento do valor dos benefícios previdenciários decorre do aumento do salário mínimo, que, por sua vez, é resultado do cumprimento de um mandamento constitucional (art. 201, § 2º). Os gestores acrescentam que os benefícios previdenciários são despesas obrigatórias, devendo ser pagas com as fontes de financiamento consignadas na CF ou com recursos da fonte 100 - recursos ordinários. Acrescentam que as regras de aumento do salário mínimo (reposição do poder aquisitivo pelo INPC acumulado mais crescimento real do PIB de dois anos antes) se baseiam na conjugação de dois parâmetros que afetam positivamente a arrecadação (inflação e crescimento do PIB), ainda que haja defasagens temporais (peça 60, p. 5).

171. O MPS, de forma análoga, argumenta que as fontes de custeio do RGPS estão definidas na CF (art. 195 c/c o art. 167, inciso XI). Ressaltam que não é possível estabelecer **a priori** que as fontes de custeio serão sempre suficientes para arcar com determinada despesa, tendo em vista que a capacidade de as bases tributadas gerarem os recursos necessários para manutenção desses benefícios muda com o tempo. Defendem, ainda, que se deve considerar o conjunto de tributos elencados no art. 195 da CF/1988, uma vez que o financiamento do RGPS “não se faria apenas com receitas vinculadas diretamente ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, o que torna incompleta uma abordagem setorial sobre a suficiência das fontes de custeio da Previdência Social”. Argumentam que o MPS divulga no PLDO um relatório de avaliação atuarial e financeira do RGPS

com projeção até 2050, garantindo transparência em relação à evolução financeira futura do RGPS, levando em consideração inclusive a majoração benefícios. Citam também duas medidas tomadas recentemente que teriam impactos concretos na questão do custeio: envio, pelo poder executivo, de proposta legislativa que reverte a desoneração da contribuição patronal para previdência e a MP 664/2014, com ajustes nas regras da pensão por morte e auxílio-doença.

II.16.3. Análise

172. A respeito do item “i”, verifica-se que o MPS, órgão atualmente encarregado de elaborar a avaliação atuarial do RPPS para os servidores civis da União, admite enfrentar dificuldades na obtenção dos dados de que necessita. Quanto à ponderação da SOF, de que o PLDO não seria o instrumento adequado para estabelecer a obrigatoriedade de envio das bases de dados pelos diferentes órgãos da União, tendo em vista que a projeção atuarial é incluída nesse mesmo dispositivo, considera-se que a criação da obrigatoriedade por outros normativos, que não o projeto de LDO, como aventado pela SOF, também atenderia à recomendação ora monitorada.

173. No que tange ao argumento da SPPS, de que o órgão não seria o mais indicado para elaborar a projeção atuarial, entende-se que a definição dessa responsabilidade insere-se nas atribuições do Poder Executivo, com participação dos órgãos envolvidos.

174. Assim, propõe-se considerar a recomendação como “não implementada”, informando à Casa Civil que a criação, por meio de outros normativos, que não o PLDO, de dispositivo que obrigue os órgãos da União a enviar informações atuariais ao órgão responsável pela elaboração das projeções atuariais previstas na Lei Complementar 101/2000, atende à recomendação contida no item 9.11.2.i do Acórdão 2.059/2012 – Plenário. Cabe ainda determinar que a Casa Civil envie plano de ação com as medidas a serem adotadas, responsáveis e prazo de implementação e determinar a realização de novo monitoramento.

175. Quanto ao item “ii”, os gestores, no âmbito do seu poder discricionário, consideram que a recomendação não é razoável, principalmente pelo fato de que o aumento do salário mínimo e sua vinculação como piso previdenciário decorrem de mandamentos constitucionais. Assim, cabe considerar a recomendação como “não implementada”, sem determinar, no entanto, novos monitoramentos em relação a esse item.

176. Cabe observar apenas que, apesar de as regras de aumento do salário mínimo se basearem em dois parâmetros que afetam positivamente a arrecadação (inflação e PIB), essa política de reajuste tem afetado a sustentabilidade do RGPS. Como constatado no Anexo I, a previdência rural, composta principalmente por benefícios no valor do salário mínimo, apresentou crescimento de sua despesa mais acelerado que o crescimento da despesa urbana, embora seu estoque de benefícios não tenha crescido na mesma intensidade que os benefícios urbanos. Mesmo assim, a questão da sustentabilidade do RGPS, de maneira mais ampla, já está sendo tratada em outros itens do Acórdão 2.059/2012 – Plenário (por exemplo, nos itens 9.1.2.2 e 9.15) e em outros processos do TCU (por exemplo, TC 010.651/2014-4), razão pela qual entende-se não ser necessário dar continuidade ao monitoramento do item 9.11.2.ii.

(...)

II.16.5. Conclusão: não implementadas.

II.16.6. Proposta de encaminhamento:

177. Considerar a recomendação do item 9.11.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário como não implementada e determinar a realização de novo monitoramento do item 9.11.2.i após um prazo de doze meses.

178. Informar à Casa Civil que a criação, por meio de outros normativos, que não o PLDO, de dispositivo que obrigue os órgãos da União a enviar as informações atuariais ao órgão responsável pela elaboração das projeções atuariais previstas na Lei Complementar 101/2000, atende à recomendação contida no item 9.11.2.i do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

179. Determinar à Casa Civil que apresente, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas à implementação da recomendação contida no item 9.11.2.i do Acórdão 2.059/2012 – Plenário,

indicando responsáveis e prazos, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.17. Recomendação 9.13

‘9.13 recomendar à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Fazenda (MF) que realize, anualmente, estudos semelhantes ao elaborado em 2007, “Financiamento atual – receita potencial e renúncia fiscal” da Secretaria da Receita Previdenciária, com dados contemporâneos e com aperfeiçoamento da metodologia adotada, com o objetivo de avaliar a efetividade da arrecadação previdenciária e divulgá-la em seus relatórios anuais;’

II.17.1. Situação que levou à proposição da deliberação

180. O relatório de auditoria constatou, com base em estudo elaborado pela Secretaria de Receita Previdenciária em 2007, que uma das principais causas do déficit do RGPS era o grande volume de recursos não arrecadados em função da evasão fiscal, seja por meio de sonegação (parcela referente à informalidade e não declarada), seja em razão de inadimplência (contribuição declarada e não paga) (peça 24, pp. 40-41, item 3.2.3).

181. Referido estudo foi baseado em dados de 2003. A equipe de auditoria considerou que, desde 2003, o panorama econômico e do mercado de trabalho teria sofrido alterações e que, por isso, considerando os esforços da área técnica do Ministério da Fazenda em desenvolver o referido estudo como um “marco inicial na construção de uma ferramenta moderna e efetiva para o acompanhamento e análise da performance da administração tributária previdenciária”, seria conveniente recomendar a realização de estudos periódicos nesse sentido.

II.17.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

182. Por meio do Ofício 131/2015-RFB/Gabinete, a RFB informa que a deliberação não foi atendida. A unidade jurisdicionada argumenta que não foi possível realizar estudos, porque a RFB não tem uma metodologia desenvolvida que garanta a uniformidade dos estudos ao longo do tempo e a precisão dos resultados. Segundo o órgão, seria necessária a realização de outro estudo prévio, que depende de parcerias com órgãos responsáveis por atividades de pesquisa (peça 40, p. 8).

II.17.3. Análise

183. A RFB argumenta que não foi possível desenvolver novos estudos sobre sonegação e evasão fiscal, já que, para isso, seriam necessárias parcerias com outras entidades de pesquisa. Também não enviou um cronograma ou demonstrou estar tomando alguma medida para atender à recomendação.

184. Considerando que, conforme descrito no relatório de auditoria que deu origem ao acórdão ora monitorado, a evasão fiscal seria uma das principais causas do déficit do RGPS, considera-se que a existência de diagnósticos periódicos sobre o tema contribuiria para o tratamento do problema. Tendo em vista o peso da evasão fiscal no déficit do RGPS, seria importante que a RFB, por suas atribuições relativas à arrecadação das contribuições previdenciárias, desenvolvesse plano de ação para viabilizar a realização dos referidos estudos, como forma de subsidiar ações para reduzir os índices de evasão e seus impactos no déficit do RGPS.

(...)

II.17.5. Conclusão: não implementada.

II.17.6. Proposta de encaminhamento:

185. Considerar não implementada a recomendação 9.13 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses.

186. Determinar à RFB que apresente, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas à implementação da recomendação contida no item 9.13 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazos, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

II.18. Recomendação 9.14

‘9.14 recomendar ao Ministério da Previdência Social (MPS) que examine os impactos atuariais de alterações na legislação que introduzam condicionalidades para concessão de pensão por

morte, tendo em vista a necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial estabelecida pelos arts. 40, *caput*, e 201, *caput*, da Constituição Federal de 1988;'

II.18.1. Situação que levou à proposição da deliberação

187. A recomendação decorre das informações relatadas no item 4.2 do relatório de auditoria (peça 24, pp. 50-51), sobre a ausência de condicionalidades para concessão de pensão nos três regimes estudados (RGPS, RPPS e militares). À época da auditoria, não existiam regras em relação à idade ou dependência econômica do cônjuge favorecido pela pensão, tampouco redutores no valor do benefício (no caso do RGPS e militares) ou seu acúmulo com outras rendas. Tal ausência de condições não é comum em outros países, conforme o relatório.

188. Considerando a relevância e materialidade das pensões e a necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes, foi recomendado que o MPS providenciasse estudos sobre o impacto de alterações na legislação, subsidiando assim os trabalhos do Poder Legislativo.

II.18.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

189. Os gestores informam que o MPS tem realizado levantamentos a respeito das regras de pensão por morte em âmbito internacional (peça 25, p. 23). Encaminham material selecionado sobre esses estudos (peça 25, pp 25-34) e esclarecem que as alterações legais dependem da ação dos Poderes Executivo e Legislativo.

190. Além das informações encaminhadas pelo MPS, o Poder Executivo editou em 30/12/2014 a Medida Provisória 664, convertida na Lei 13.135/2015. A referida norma altera algumas regras das pensões do RGPS, expressas na Lei 8.213/1991:

a) exclui o direito à pensão para o dependente condenado por crime doloso que tenha resultado na morte do segurado ou se comprovada simulação ou fraude no casamento (art. 74, §§ 1º e 2º);

b) altera o tempo de duração da pensão por morte devida ao cônjuge, que passa a ser de quatro meses a vinte anos, conforme quantidade de contribuições do segurado, tempo de casamento e idade do dependente, sendo vitalícia apenas nos casos em que a idade do cônjuge for igual ou superior a 44 anos, com mais de dois anos de casamento e pelo menos dezoito contribuições, quando antes era sempre vitalícia (art. 75, § 5º).

191. Em relação à pensão dos servidores, a MP 664/2014 promoveu alterações semelhantes na Lei 8.112/1990, excluindo a pensão nos casos de responsáveis por crime contra a vida do segurado e fraude ou simulação do casamento, e alterando o tempo de duração da pensão para um período entre quatro meses e vinte anos ou vitalícia, conforme o caso.

II.18.3. Análise

192. Considerando as informações prestadas pelo gestor e as alterações promovidas pela MP 664/2014, a recomendação pode ser considerada implementada.

(...)

II.18.5. Conclusão: implementada.

II.18.6. Proposta de encaminhamento:

193. Considerar implementada a recomendação do item 9.14 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

II.19. Recomendações 9.15.1 e 9.15.2

'9.15 recomendar ao Ministério da Previdência Social (MPS), ao Ministério da Fazenda (MF) e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a conveniência de propor alterações legislativas com o objetivo de:

9.15.1 especificar fontes de recursos adicionais que possam viabilizar o equilíbrio financeiro e atuarial entre receitas e despesas associadas à clientela rural;

9.15.2 aperfeiçoar a atual sistemática de arrecadação de contribuições sobre a comercialização da produção rural e de reconhecimento de direitos dos segurados referidos no art. 12, inciso V, alínea "a", e inciso VII, da Lei 8.213/1991, de forma a reduzir o volume de evasão fiscal

e possibilitar a individualização da contribuição do segurado especial, estimulando-o a recolher suas contribuições;’

II.19.1. Situação que levou à proposição da deliberação

194. A recomendação contida no item 9.15.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário foi motivada pela constatação de que o crescimento das despesas com benefícios rurais não encontra paralelo com as respectivas receitas, gerando a maior parcela do déficit do RGPS, sem perspectivas de equilíbrio, nem no longo prazo. Verificou-se que as fontes de arrecadação legalmente criadas para subsidiar os benefícios da clientela rural eram insuficientes para atingir esse objetivo (peça 24, pp. 38-40, item 3.2.2).

195. Quanto aos fatos que motivaram a deliberação contida no item 9.15.2, na auditoria que deu origem ao Acórdão 2.059/2012 – Plenário foi constatado que o modelo de arrecadação por sub-rogação impossibilitava a individualização da contribuição do segurado especial, facilitando a evasão fiscal. Além disso, o desenho do benefício rural, ao não exigir comprovação de contribuição para sua concessão, também não estimulava o recolhimento. O segurado especial, o empregado e o contribuinte individual necessitavam comprovar apenas o exercício de atividade rural em quantidade de meses igual à carência para o reconhecimento do direito à aposentadoria por idade. No caso do segurado especial, ele fazia jus a todas as espécies de benefício sem comprovação de contribuição (peça 24, pp. 38-40, item 3.2.2).

II.19.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

196. A Casa Civil informou, por meio do Ofício 134/SE-C.Civil/PR, de 13/03/2015, que as pastas competentes seriam oficiadas para fornecer informações atualizadas e mais concretas acerca das recomendações (peça 38). Em seu relatório de gestão de 2012, já havia informado que cumpre as recomendações do TCU “por meio de articulação com os órgãos competentes pela sua execução” e que as recomendações foram encaminhadas aos ministérios envolvidos (peça 33, p. 12).

197. A RFB se limitou em responder que as recomendações não foram dirigidas a ela (peça 40, p. 9).

198. Já o MPS, em relação ao item 9.15.1, encaminhou o Ofício 177/MPS/SPPS/Gabin, de 13/03/2015, por meio do qual informa que, em razão de estudos realizados, foram promovidas mudanças nas regras de pensão por morte (MP 664/2014), que afetam tanto o setor urbano quanto o setor rural. Acrescentam que, entre a realização de estudos e a efetivação de alterações legislativas, há um tempo necessário para discussão das medidas (peça 42, p. 7).

199. Em relação ao item 9.15.2, o MPS (peça 56, pp. 2-3), ressalta a importância social da previdência rural brasileira e suas diferenças na forma de financiamento em relação à previdência urbana. Destaca que a forma de custeio (contribuição sobre a comercialização da produção) “não implica, para o segurado especial, restrição de direitos para obtenção de benefícios”, bastando, para isso, a comprovação do exercício da atividade rural por, no mínimo, quinze anos.

200. Informa ainda que está sendo implantado um cadastro dos segurados especiais e de seu grupo familiar, com o objetivo de, no futuro, propiciar o reconhecimento automático de direitos a essa clientela.

201. Por último, esclarece que planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a fiscalização das contribuições sociais é competência da RFB, conforme Lei 11.457/2007, e sugere a oitiva da RFB.

II.19.3. Análise

202. Quanto ao item 9.15.1, além de relatar as mudanças nas regras relativas às pensões, que atingem o RGPS como um todo, o MPS não encaminhou outros estudos ou informações que indiquem novas fontes de recursos para equilibrar receitas e despesas específicas da clientela rural, objeto da recomendação. Assim, entende-se que as justificativas do MPS são insuficientes, já que as mudanças promovidas não são capazes de viabilizar o equilíbrio financeiro e atuarial das receitas e despesas associadas à clientela rural.

203. De maneira semelhante, em relação ao item 9.15.2, nenhum dos ministérios envolvidos apresentou evidências de ter envidado qualquer esforço ou tomado alguma iniciativa no sentido de atender à recomendação emitida pelo TCU. Cabe destacar que a implantação do cadastro dos segurados especiais, relatado brevemente pelo MPS, tem somente o objetivo de facilitar a concessão dos benefícios, não constituindo uma exigência ou condição para que o segurado tenha direito ao benefício. Não é obrigatório que o segurado tenha esse cadastro prévio para ter direito ao benefício.

204. Como já mencionado, a questão do equilíbrio financeiro e atuarial do RGPS foi objeto de análise mais recente do TCU no âmbito do TC 010.651/2014-4 (Relatório Sistêmico da Função Previdência Social). De acordo com esse trabalho, no período de 2009 a 2013, o déficit da Previdência Rural continuou se agravando, aumentando aproximadamente R\$ 7,35 bilhões ao ano e atingindo R\$ 74 bilhões em 2013.

205. Análise da evolução dos resultados dos regimes previdenciários (Anexo I) constatou que o RGPS rural apresentou resultados crescentemente negativos no período de 2007 a 2014, tanto do ponto de vista nominal, quanto em relação ao PIB, variando 154% de 2007 a 2014, quando atingiu um déficit de R\$ 82 bilhões. Em relação ao PIB, o resultado rural negativo cresceu de 1,19% para 1,49% do PIB no período.

206. O fator determinante para o aumento desse déficit foi a significativa diferença na taxa de crescimento entre as receitas e despesas previdenciárias rurais. Enquanto as receitas cresceram 59% no período, em valores nominais, as despesas cresceram 142%. A razão entre receitas e despesas, que era de nove vezes em 2007, passou a ser de treze vezes em 2014.

207. Assim, fica demonstrado que os órgãos destinatários das recomendações ora monitoradas – MPS, Casa Civil e Ministério da Fazenda – não adotaram medidas que viessem a amenizar a situação da previdência rural, segmento do RGPS que tem apresentado maior descontrole.

208. O item 9.1.1 do Acórdão 3.414/2014 – Plenário (TC 010.651/2014-4, Fisc Previdência) determinou à Casa Civil, em conjunto com outros atores envolvidos, entre os quais o MPS, que apresentasse plano de ação para atacar as fragilidades identificadas no RGPS, em especial no que tange ao desequilíbrio no financiamento das aposentadorias da clientela rural. Considerando que tal determinação apresenta objetivos equivalentes à deliberação do item 9.15.1, mostra-se desnecessária a realização de novo monitoramento sobre o assunto no âmbito do presente processo.

209. Da mesma forma, o tema do item 9.15.2 também foi tratado em outro processo, por meio de recomendações específicas e de equivalente teor, dispensando a continuidade de seu monitoramento neste processo (itens 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 715/2012 – Plenário, TC 008.771/2011-1):

‘9.3. recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU: [...]

9.3.2. à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) que realize estudo definindo estratégias para ampliar a arrecadação previdenciária sobre a produção rural de pessoas físicas;

9.3.3. conjuntamente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) para que criem mecanismos, por meio de seus sistemas, relacionando a contribuição que os segurados especiais efetuam ao comercializar sua produção (diretamente ou por sub-rogação) ao cadastro desses segurados, vinculando a inscrição efetivada no SE-Cnis à matrícula CEI, de maneira a atender ao disposto no art. 17, § 6º, da Lei 8.213/1991, c/c o art. 30, §§ 8º e 9º, da Lei 8.212/1991;’

210. Finalmente, em relação ao item 9.15.2, cabe tecer algumas considerações sobre a afirmação do MPS de que a forma de custeio do RGPS rural “não implica, para o segurado especial, restrição de direitos para obtenção de benefícios”, bastando, para isso, a comprovação do exercício da atividade rural por, no mínimo, quinze anos (peça 56, p. 3).

211. Em auditoria (TC 008.771/2011-1) realizada como o objetivo de avaliar os procedimentos associados à concessão de benefícios e a arrecadação de contribuições da previdência rural, foi constatado que o INSS não vem condicionando a concessão do benefício previdenciário rural à

contribuição dos segurados especiais. Tal posição decorre de interpretação da consultoria jurídica do MPS em 2006, como demonstrado no relatório que embasou o voto condutor do Acórdão 715/2012 – Plenário (TC 008.771/2011-1, peça 66, pp. 22-24):

‘O art. 195, § 8º, da Constituição Federal estabelece que o produtor rural e o pescador artesanal, bem como seus cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar e sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. A Lei 8.213/1991, que classificou esse contribuinte como segurado especial, estabeleceu um período de transição de quinze anos durante o qual esse e outros segurados rurais comprovariam a carência para obtenção da aposentadoria por idade comprovando o exercício de atividade rural e não por meio de contribuições. Em 2006, quando encerraria esse período de transição, o entendimento do INSS, expresso no Parecer MPS/CJ 39/2006 foi de que o segurado especial permaneceria comprovando a carência para o benefício unicamente por meio do exercício da atividade, com base no disposto no art. 39 da Lei 8.213/1991, que integra a seção sobre a metodologia de cálculo do valor dos benefícios. Dessa forma, prevaleceu no INSS o entendimento que os segurados especiais não necessitam comprovar o recolhimento de contribuições para terem acesso aos benefícios do RGPS.’

212. Todavia, considera-se que esse entendimento está em desacordo com dispositivos constitucionais e legais que tratam da matéria. A Constituição estabeleceu tanto o direito ao benefício quanto a necessidade de contribuição:

‘Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

(...)

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.’

213. A Lei 8.213/1991, por sua vez, previa um interstício de quinze anos para que a comprovação fosse feita apenas por meio da atividade (art. 143). A regra do art. 143 da Lei 8.213/1991 é claramente transitória:

‘Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea "a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.’ (destaque nosso)

214. A Constituição Federal, em seu art. 201, § 1º, veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão aos benefícios do regime geral de previdência social. A não exigência de comprovação de contribuição trata-se, no caso, de um requisito diferenciado entre o segurado especial e os demais segurados.

215. O próprio MPS, ao argumentar que a clientela rural não deve ser excluída do resultado do RGPS, faz um paralelo com outros públicos, como o microempreendedor individual e o segurado facultativo de baixa renda, que apresentam reduções de alíquota de contribuição (peça 25, pp. 23-24). Na prática, porém, esse não é o caso do segurado especial, pois a atual sistemática de concessão dispensa por completo a exigência de qualquer contribuição, embora as alíquotas e a forma de arrecadação estejam previstas na lei de custeio (Lei 8.212/1991, arts. 25, 30, incisos IV, X, XII e XIII, §§ 7º, 8º e 9º; e 49, § 5º).

216. Cabe ressaltar ainda que o cálculo do valor dos benefícios em função dos salários de contribuição é um dos princípios ou diretrizes da Previdência Social (Lei 8.212/1991, art. 3º,

parágrafo único, alínea “c”). A Constituição Federal também estabelece que a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral de caráter contributivo e filiação obrigatória (CF/1988, art. 201).

217. Dessa forma, ao aperfeiçoar a atual sistemática de arrecadação de contribuições sobre a comercialização da produção rural e de reconhecimento de direitos dos segurados especiais, implementando as recomendações do TCU, os órgãos estariam contribuindo para que os benefícios rurais atendam à previsão constitucional e legal, que exige contribuição previdenciária. Além disso, trata-se de importante medida para redução da evasão dessas receitas.

218. Diante do exposto e considerando a especificidade do assunto, a eventual ilegalidade da concessão de benefícios a segurados especiais sem a exigência de contribuição merece ser tratado em processo específico, razão pela qual foi autuada a representação TC 017.210/2015-1 para tratar dessa questão.

(...)

II.19.5. Conclusão: não implementadas.

II.19.6. Proposta de encaminhamento:

219. Considerar não implementadas as recomendações dos itens 9.15.1 e 9.15.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

II.20. Recomendação 9.15.3

‘9.15 recomendar ao Ministério da Previdência Social (MPS), ao Ministério da Fazenda (MF) e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a conveniência de propor alterações legislativas com o objetivo de: [...]’

9.15.3 excluir do resultado geral das contas do RGPS o resultado das receitas e benefícios afetos à clientela rural, haja vista a natureza predominantemente de assistência social dos benefícios pagos à clientela rural;’

II.20.1. Situação que levou à proposição da deliberação

220. O relatório aponta que “a apuração de um resultado previdenciário urbano em separado do resultado rural [...] apresenta grandes vantagens para a transparência do gasto público, bem como para o correto entendimento das causas dos resultados apresentados pelo RGPS nos últimos anos” (peça 24, p. 34).

221. Segundo o Ministro Relator José Múcio Monteiro, o aspecto assistencial das aposentadorias rurais não pode ser ignorado, pois foram concebidas “mais com a intenção de prover uma proteção ao seu público alvo, do que integrar um sistema previdenciário autossuficiente” (peça 24, p. 59).

222. O Ministro Raimundo Carreiro, em seu voto revisor, destaca que as diferenças entre os sistemas de benefícios rurais e urbanos “recomenda tratamentos fiscais distintos, principalmente para conferir maior transparência e previsibilidade à gestão” do FRGPS e que:

‘[...] se os benefícios inerentes ao setor rural, pelas características descritas, aproximam-se muito mais do campo de ação da assistência social, distanciando-se, na mesma proporção, da esfera previdenciária, soa mais adequado lançar seus resultados à conta do Orçamento da Seguridade Social, em sentido mais amplo, excluindo-o do balanço do RGPS.’

223. Diante dessas considerações, o voto revisor propôs, e foi acolhida pelo colegiado, a recomendação para que os órgãos envolvidos avaliassem a conveniência e oportunidade de propor alterações legislativas com o objetivo de excluir o resultado das receitas e benefícios afetos à clientela rural do resultado geral das contas do RGPS.

II.20.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

224. Os gestores argumentam que a exclusão da clientela rural do resultado do RGPS não leva em consideração que benefícios assistenciais são concedidos com base em testes de meios ou de necessidade, focalizados em públicos com dificuldade de promover subsistência e sem qualquer condicionalidade em relação ao exercício de atividade remunerada ou de contribuição. A Previdência Rural, por sua vez, vincula a concessão ao exercício da atividade, afastando-se de um benefício de

caráter assistencial em sua versão clássica, mesmo que sua fonte de financiamento não seja suficiente para o pagamento integral de seus benefícios (peça 25, p. 23).

225. Ressaltam ainda que, mesmo na área urbana, também existem reduções de alíquota para determinados públicos, como o microempreendedor individual e o segurado facultativo de baixa renda, e que o próprio segurado especial possui alíquotas de contribuição previstas na Lei 8.212/1991, além da possibilidade de contribuir facultativamente (peça 25, pp. 23-24). Assim, o MPS argumenta que não há “concordância conceitual sobre a matéria”, razão pela qual a recomendação não foi atendida (peça 34, pp.41-42).

226. Apesar disso, os gestores informam que o MPS já divulga o resultado do RGPS separado por clientela urbana e rural, que pode ser encontrado no Anuário Estatístico da Previdência Social e nos dados do resultado do RGPS no sítio do MPS na internet (www.mps.gov.br).

II.20.3. Análise

227. Os gestores demonstraram ter avaliado a recomendação expedida pelo TCU, mas não a implementaram por discordarem conceitualmente da matéria. Mesmo assim, informam que os resultados urbano e rural são apurados em separado e publicados em demonstrativos pelo MPS, disponíveis para consulta pelos cidadãos.

228. Considerando que se trata de recomendação para que o MPS “avalie a conveniência e oportunidade” de propor alterações legislativas, o item pode ser considerado implementado parcialmente.

(...)

II.20.5. Conclusão: implementada parcialmente.

II.20.6. Proposta de encaminhamento:

229. Considerar implementada parcialmente a recomendação do item 9.15.3 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

II.21. Recomendação 9.16

‘9.16 recomendar ao Ministério da Previdência Social, ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que priorizem as ações voltadas à redução da inadimplência e da sonegação previdenciárias;’

II.21.1. Situação que levou à proposição da deliberação

230. Como já mencionado, o relatório de auditoria constatou, com base em estudo elaborado pela Secretaria de Receita Previdenciária em 2007, que uma das principais causas do déficit do RGPS era o grande volume de recursos não arrecadados em função da evasão fiscal, seja por meio de sonegação (parcela referente à informalidade e não declarada), seja em razão de inadimplência (contribuição declarada e não paga) (peça 24, pp. 40-41, item 3.2.3).

231. Essa constatação motivou a proposta, em voto revisor, de recomendar ao MPS, ao INSS e à RFB que priorizassem as ações voltadas à redução da inadimplência e da sonegação previdenciárias. Essa proposta foi acolhida pelo Ministro Relator em seu voto complementar e também pelo plenário (peça 24, pp. 64 e 70).

II.21.2. Providências adotadas e comentários dos gestores

232. A Secretaria da Receita Federal do Brasil apresentou tabela com a quantidade de procedimentos e o valor dos créditos tributários apurados, em relação às ações previdenciárias, de 2005 a 2013, o que demonstraria um crescimento de mais de 77% no valor do crédito tributário, segundo os gestores (peça 40, pp. 10 e 18). Destacam que, em relação à previdência, foram lançados R\$ 68,6 bilhões em 2013.

233. Acrescentam que a área de programação da RFB atua a partir da análise de dados, de maneira que a fiscalização despenda esforços em casos de maior relevância tributária (contribuintes de maior porte), processo esse que, de acordo com os gestores, tem se mostrado eficiente.

II.20.3. Análise

234. A tabela apresentada pelos gestores (peça 40, p.18), denominada de “quantidade de procedimentos e valores do crédito tributário lançados para os tributos previdenciários”, traz os

valores correspondentes a todas as contribuições sociais relativas à seguridade social previstas no art. 195 da CF/88 (contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); contribuição social para o financiamento da seguridade social (Cofins); programa de integração social (PIS); e programa de formação do patrimônio do servidor público (Pasep) etc.).

235. No entanto, para fins de apuração dos resultados previdenciários, são consideradas apenas as receitas tipicamente previdenciárias, ou seja, aquelas provenientes dos empregadores sobre a folha de salários e dos trabalhadores e demais segurados do RGPS, previstas no art. 195, inciso I, alínea “a” e inciso II, da CF/88, para as quais há vedação de utilização para outras despesas que não o pagamento de benefícios previdenciários, nos termos do art. 167, inciso XI. Assim, no que tange à deliberação ora monitorada, é importante analisar as ações voltadas à redução da evasão das referidas receitas.

236. Se considerarmos apenas os valores de “créditos previdenciários” (ou seja, as receitas tipicamente previdenciárias), foram lançados R\$ 15,7 bilhões em 2013, montante bastante inferior aos R\$ 68,6 bilhões destacados pelos gestores, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Créditos Tributários Relativos à Seguridade Social

Valor crédito apurado ⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CSLL	8.193	7.739	12.023	10.159	11.998	12.654	16.287	15.102	29.864
Cofins	6.337	8.019	8.004	7.255	7.283	10.418	15.527	18.603	18.397
PIS	1.819	1.683	1.786	1.773	1.671	2.144	3.011	4.109	3.936
PASEP	453	300	497	345	211	485	481	1.264	749
Previdência ⁽²⁾	21.917	19.905	20.127	6.818	8.115	11.851	13.126	13.657	15.682
Total Seguridade	38.719	37.646	42.437	26.350	29.278	37.552	48.432	52.735	68.629
Previdência (INPC) ⁽³⁾	33.260	29.380	28.251	8.987	10.274	14.093	14.715	14.417	15.682
Previdência (% PIB)	1,01%	0,83%	0,74%	0,22%	0,24%	0,30%	0,30%	0,29%	0,30%

(1) Valores Nominais (em R\$ milhões) com base nas informações prestadas pelos gestores, exceto a penúltima linha, que traz os valores corrigidos pelo INPC (peça 40, p. 18);

(2) Contribuição previdenciária; a partir de 2008, denominada “contribuição previdenciária e para outras entidades e fundos”; a partir de 2011, desdobrada nas contas “patronal”, “terceiros”, “multas” e “segurados”; nessa tabela, foram somados os valores de todas essas contas em “previdência”.

(3) Valores atualizados pelo INPC, tendo como referências o mês de dezembro de cada ano em relação ao mês de dezembro de 2013.

237. Observando-se a série temporal (2005 a 2013) apresentada no quadro anterior, percebe-se que:

a) em valores nominais (sem atualização monetária), os créditos previdenciários em 2013 (R\$ 15,7 bilhões) ainda são 28% menores do que os créditos lançados em 2005 (R\$ 21,9 bilhões);

b) em valores atualizados pelo INPC, os créditos previdenciários lançados em 2013 foram 53% menores que no ano de 2005;

c) enquanto em 2005 os créditos previdenciários correspondiam a 1% do PIB, em 2013 alcançaram apenas 0,3% do PIB;

d) outras contribuições cresceram no período, principalmente a CSLL, que passou de 0,38% para 0,58% do PIB entre 2005 e 2013.

238. Verifica-se que o valor dos créditos previdenciários caiu de 2005 a 2008 (de R\$ 21,9 bilhões para R\$ 6,8 bilhões) e, desde então, tem apresentado, ano a ano, crescimento em seus valores nominais, alcançando R\$ 15,7 bilhões em 2013 e mantendo-se próximo a 0,3% do PIB entre 2010 e 2013.

239. Assim, as informações fornecidas pela RFB não permitem concluir que foram tomadas ações específicas voltadas à redução da inadimplência e da sonegação previdenciárias. Pelo contrário, os dados encaminhados sugerem uma priorização das ações relativas a outros tributos, em especial aqueles que incidem sobre o faturamento e o lucro.

240. De acordo com a RFB, o planejamento dos procedimentos fiscais obedece a princípios, entre eles o da relevância fiscal, de forma a que a fiscalização possa despender esforços em casos de maior relevância tributária (peça 40, p. 10). Em que pese esse fato, ainda que as contribuições de natureza previdenciária possam exigir um esforço maior de fiscalização no âmbito da arrecadação da União, em relação aos tributos sobre o lucro e faturamento das empresas, é importante destacar que elas são fundamentais do ponto de vista da sustentabilidade dos regimes previdenciários. A redução na arrecadação da previdência além de gerar déficits financeiros contribui para o desequilíbrio atuarial do regime e serve de justificativa para reformas que restringem os direitos previdenciários dos cidadãos, motivo pelo qual é necessário que sejam pensadas estratégias específicas para combater a evasão dessas receitas.

241. Considerando que a recomendação foi emitida pelo Plenário do TCU em 2012 e foram apresentados apenas dados até o exercício de 2013, o intervalo temporal ainda se mostra pequeno para analisar se eventuais ações trouxeram consequências positivas para a arrecadação previdenciária. Dessa forma, faz-se necessário que a deliberação volte a ser objeto de monitoramento em futuras análises.

(...)

II.21.5. Conclusão: não implementada.

II.21.6. Proposta de encaminhamento:

242. Considerar não implementada a recomendação do item 9.16 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário e determinar a realização de novo monitoramento após um prazo de doze meses;

243. Determinar à SRFB que apresente, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao cumprimento da recomendação contida no item 9.16 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II deste relatório.

III. CONCLUSÃO

244. O grau de atendimento das deliberações do Acórdão 2.059/2012 – Plenário está representado nos quadros abaixo, conforme o tipo de deliberação:

Grau de atendimento das determinações						
Deliberação	Órgão	Cumprida	Em cumprimento	Parcialmente cumprida	Não cumprida	Não aplicável
9.1.1	MPS	X				
9.1.2.1	MPS		X			
9.1.2.2	MPS			X		
9.1.2.3	MPS		X			
9.2.1	STN	X				
9.2.2	STN	X				
9.3.1	Seori	X				
9.3.2	Seori				X	
9.4.1	MPS, STN	X				
9.4.2	MPS, STN				X	
9.5	Seori, STN				X	
9.6	INSS, STN		X			
9.7	RFB, PGFN	X				
9.8.1	INSS, RFB, STN		X			
9.8.2	INSS, RFB, STN		X			
9.10.1	MPS, RFB, STN		X			
9.10.2	MPS, RFB, STN		X			
Quantidade		6	7	1	3	0
Percentual		35%	41%	6%	18%	0%

Grau de atendimento das recomendações						
Deliberação		Implementada	Em implementação	Parcialmente implementada	Não implementada	Não aplicável
9.11.1	Casa Civil (CC)				X	
9.11.2 (i)	Casa Civil (CC)				X	

9.11.2 (ii)	Casa Civil (CC)				X	
9.12	Seori			X		
9.13	RFB/MF				X	
9.14	MPS	X				
9.15.1	MPS, MF, CC				X	
9.15.2	MPS, MF, CC				X	
9.15.3	MPS, MF, CC			X		
9.16	MPS, INSS, RFB				X	
Quantidade		1	0	2	7	0
Percentual		10%	0%	20%	70%	0%

245. As 27 deliberações monitoradas neste processo envolveram ações de oito órgãos diferentes e muitas necessitavam de ações conjuntas de duas ou mais unidades para sua implementação. As dezessete determinações obtiveram um grau de atendimento bastante superior em relação às dez recomendações: 82% das determinações foram cumpridas total ou parcialmente ou encontram-se em cumprimento, enquanto 70% das recomendações não foram implementadas. A Casa Civil, o Ministério da Fazenda e a Seori apresentaram os percentuais mais altos de não atendimento às deliberações (83%, 67% e 50%, respectivamente), como pode ser observado no quadro a seguir, com o grau de atendimento por órgão ou unidade.

Órgão	Qtde. Deliberações	Cumprida / Implementada	Em cumprimento / Em implementação	Parcialm. cumprida / implementada	Não cumprida / implementada
MPS	13	3	4	2	4
		23%	31%	15%	31%
STN	10	3	5	0	2
		30%	50%	0%	20%
RFB/MF	7	1	4	0	2
		14%	57%	0%	29%
Casa Civil	6	0	0	1	5
		0%	0%	17%	83%
INSS	4	0	3	0	1
		0%	75%	0%	25%
Seori	4	1	0	1	2
		25%	0%	25%	50%
MF	3	0	0	1	2
		0%	0%	33%	67%
PGFN	1	1	0	0	0
		100%	0%	0%	0%

246. As sete deliberações que foram consideradas atendidas contribuíram para uma maior transparência e confiabilidade nas informações prestadas à sociedade, principalmente por meio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (itens 9.2.1, 9.2.2, 9.3.1 e 9.4.1), esclareceram situações atípicas identificadas durante a auditoria (itens 9.1.1 e 9.7) e subsidiaram propostas legislativas visando o equilíbrio do sistema previdenciário (item 9.14).

247. As dez deliberações não cumpridas ou não implementadas estão relacionadas, principalmente, à divergência de entendimento, por parte do Ministério da Defesa, acerca da classificação das despesas com militares inativos como previdenciárias e a necessidade de dar publicidade ao impacto atuarial dessas despesas (itens 9.3.2, 9.4.2, 9.5 e 9.11). Nesse caso, considerou-se necessário reiterar as determinações dos itens 9.3.2, 9.4.2 e 9.5, dispensando a realização de novos monitoramentos quanto ao item 9.11.1, cujo assunto está sendo tratado em acórdão específico de teor semelhante (item 9.1.3 do Acórdão 3.414/2014 – Plenário). Também está sendo proposta determinação complementar em relação ao item 9.12, considerado parcialmente atendido.

248. Divergências de entendimento ou dúvidas quanto à forma específica de atendimento também contribuíram para o não atendimento a outros itens, alguns dos quais estão sendo tratados em processos específicos (9.11.2.ii, 9.15.1, 9.15.2), dispensando novos monitoramentos. Em relação

ao item 9.11.2.i foi proposto esclarecer à Casa Civil o meio adequado de atendimento à deliberação e quanto ao item 9.16 foi solicitado um plano de ação e programado novo monitoramento.

249. A necessidade de alterações em sistemas (itens 9.1.2.3, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1 e 9.10.2), principalmente a criação do e-Social, e de interação com outros órgãos (itens 9.1.2.1 e 9.1.2.2) também contribuíram para que algumas deliberações ainda não fossem totalmente atendidas. Em relação ao item 9.1.2.2, considerou-se que assunto semelhante foi tratado em outro acórdão (Acórdão 3.414/2014 – Plenário, item 9.1.1), dispensando novos monitoramentos. Para os demais, está sendo proposto que os gestores apresentem plano de ação (em 90 dias) e que seja realizado novo monitoramento dentro de um ano. Quanto ao item 9.10.1, propõe-se, ainda, que seja esclarecido aos gestores a forma adequada de atendimento à determinação.

250. Para alguns dos itens monitorados, embora não tenham sido considerados cumpridos ou implementados, não está sendo proposta a realização de novos monitoramentos, seja porque seu cumprimento, mesmo parcial, está dentro do âmbito discricionário dos gestores (9.15.3), seja porque o assunto tratado nessas deliberações também foi objeto de outras decisões do TCU, de conteúdo semelhante e em processos mais específicos, devendo o monitoramento ser realizado nesses processos (itens 9.1.2.2, 9.11.1, 9.11.2.ii, 9.15.1 e 9.15.2), como já observado.

IV. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

251. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) considerar cumpridas ou implementadas as deliberações dos itens 9.1.1, 9.2.1 (com alteração promovida pelo item 9.3 do Acórdão 2.468/2013 – Plenário), 9.2.2, 9.3.1, 9.4.1, 9.7 e 9.14 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

b) considerar em cumprimento com prazo expirado as determinações dos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1 e 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

c) considerar parcialmente cumpridas ou parcialmente implementadas as deliberações dos itens 9.1.2.2, 9.12 e 9.15.3 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

d) considerar não cumpridas ou não implementadas as deliberações dos itens 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.11.1, 9.11.2.i, 9.11.2.ii, 9.13, 9.15.1, 9.15.2 e 9.16 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

e) reiterar as determinações proferidas nos itens 9.3.2 e 9.5 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, fixando prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atendimento e alertando os gestores da Seori e da STN que o não cumprimento das medidas, sem motivo justificado, poderá ensejar sua responsabilização, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992, e do art. 268, incisos VII, VIII e § 3º, do Regimento Interno do TCU;

f) determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori) que, além das projeções atuariais relativas às pensões previstas na Lei das Pensões Militares que já são elaboradas, elabore, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em separado, avaliação atuarial com as projeções e resultado atuarial referentes aos benefícios decorrentes de pensões especiais oriundas de veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai, Lei das Sete Pragas, Montepio militar, ex-combatentes e outras semelhantes, tendo em vista que tais pensões constituem despesas de caráter continuado a serem suportadas pelo Tesouro Nacional por longo prazo, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência e ao disposto ao art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da LRF;

g) determinar à Seori, à RFB/MF, ao MPS, ao INSS, à Casa Civil e à STN que apresentem, no prazo de 90 dias, plano de ação com vistas ao atendimento às deliberações a eles dirigidas nos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1, 9.10.2, 9.11.2.i, 9.13 e 9.16 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, bem como nas deliberações exaradas no presente processo, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II do relatório de monitoramento;

h) determinar à SecexPrevidência que realize, após um prazo de doze meses, novo monitoramento das deliberações contidas nos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1, 9.10.2, 9.11.2.i, 9.12, 9.13 e 9.16 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

i) informar à RFB, à STN e ao MPS que a metodologia proposta no Ofício 712/2014-RFB/Gabinete atenderá à determinação contida no item 9.10.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

j) informar à Casa Civil que a criação, por meio de outros normativos, que não o PLDO, de dispositivo que obrigue os órgãos da União a enviar as informações atuariais ao órgão responsável pela elaboração das projeções atuariais previstas na Lei Complementar 101/2000, atende à recomendação contida no item 9.11.2.i do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

k) enviar cópia desta instrução, do voto e do acórdão que vier a ser adotado ao Ministério da Previdência Social (MPS), ao Ministério da Fazenda (MF) e às suas secretarias do Tesouro Nacional (STN) e da Receita Federal do Brasil (RFB), à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Casa Civil da Presidência da República;

d) apensar estes autos ao TC 015.529/2010-0.”

É o relatório.

VOTO

Em exame o monitoramento das determinações e recomendações expedidas pelo Acórdão 2.059/2012 – Plenário, com as alterações introduzidas pelo Acórdão 2.468/2013 – Plenário.

2. As duas decisões em comento foram prolatadas no âmbito do TC-015.529/2010-0, auditoria nos três regimes que compõem a previdência pública, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis da União (RPPS) e os Encargos Financeiros da União com os Militares Inativos e seus Pensionistas (EFM), para avaliar o fluxo de recursos e despesas a eles relacionadas, sua solvabilidade, seu equilíbrio financeiro atual e futuro (atuarial) e, principalmente, se os seus registros contábeis expressam fidedignamente esses fatos.

3. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos anteriormente, foram encaminhadas 17 determinações e 10 recomendações às diversas unidades envolvidas, que são o Ministério da Previdência Social (MPS), o Ministério da Fazenda (MF), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Casa Civil da Presidência da República (CC).

4. Para avaliar o atual estado de aderência dessas entidades às diretrizes emanadas pelo TCU, foi realizada fiscalização específica, que resultou no parecer de peça 62, reproduzido no relatório que precede este voto.

5. De acordo com o apurado pela unidade técnica, foram integralmente cumpridas 6 (seis) determinações (itens 9.1.1, 9.2.1, 9.2.2, 9.3.1, 9.4.1 e 9.7 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário), correspondentes a 35% do total, e 1 (uma) foi considerada parcialmente cumprida (item 9.1.2.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário). Em relação a esta última, por se referir a estudos de futuras mudanças legislativa no regime da previdência, matéria tratada em decisões mais recentes do Tribunal, tendo, inclusive, culminado na elaboração de comando específico e de teor equivalente, revelou-se desnecessário qualquer novo desdobramento sobre o tema neste processo.

6. Identificou-se, ainda, que outras 7 (sete) determinações estão sendo adimplidas (itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1 e 9.10.2). A demora, nesses casos, decorre, basicamente, da necessidade de criar ou alterar sistemas informatizados ou de interagir com outros órgãos para que o resultado seja alcançado, o que aumenta a complexidade da solução. Para esses itens será proposto que os gestores apresentem novo plano de ação, explicitando o encaminhamento a ser dado às questões, e novo monitoramento será realizado, dentro de um ano, para verificar a evolução alcançada. Adicionalmente, quanto ao item 9.10.1, merece ser esclarecido aos gestores que a metodologia por eles proposta satisfaz o pretendido pelo TCU, uma vez que, conforme manifestado pelas unidades envolvidas, o atraso na implantação da solução decorreu de dúvidas sobre se seu escopo atenderia aos objetivos propostos pelo Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

7. Por último, 3 (três) determinações não foram atendidas (itens 9.3.2, 9.4.2 e 9.5).

8. No caso dos itens 9.3.2 e 9.5, relativos ao cálculo atuarial dos compromissos financeiros da União com militares das Forças Armadas, o que se verifica é uma resistência dos órgãos envolvidos em atender ao comando, por entenderem que isso, de alguma forma, colide com a natureza dos benefícios, que não estão associados a um regime contributivo, como verificado nos outros regimes.

9. Contudo, é preciso deixar claro que, com essas determinações, esta Corte de Contas não pretende rever a natureza das aposentadorias militares, mas meramente refletir adequadamente o montante de recursos que deverão ser despendidos pelo Tesouro Nacional para pagamento dessas despesas no longo prazo, de acordo com os princípios delineados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e para a melhor transparência da gestão pública.

10. Importante registrar que outras decisões emanadas por esta Casa corroboraram o entendimento no sentido da necessidade de que seja feita a avaliação atuarial das aposentadorias militares: o Acórdão 1.338/2014 – Plenário, que examinou as Contas da Presidência da República do

exercício de 2013, e o Acórdão 3.414/2014 – Plenário, que tratou do Relatório Sistemático da Função Previdência Social.

11. Cabe, portanto, reiterar as determinações em tela, fixando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para seu atendimento, alertando os gestores que o não cumprimento das medidas, sem motivo justificado, poderá ensejar sua responsabilização.

12. Quanto ao item 9.4.2, referente à exigência de segregação, no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), dos demonstrativos de receita e despesas dos servidores civis e militares, não houve nenhuma manifestação contrária da unidade destinatária quanto à sua implementação, mas mero descumprimento do prazo por ela mesmo estabelecido para o início das mudanças. Portanto, a determinação deverá ser reencaminhada, procedendo-se, oportunamente, ao seu monitoramento.

13. A SecexPrevidência relatou ainda que, das dez recomendações exaradas pelo Tribunal, três já foram ou estão em via de ser implementadas (itens 9.12, 9.14 e 9.15.3), mas não houve avanço em relação às outras sete (itens 9.11.1, 9.11.2.i, 9.11.2.ii, 9.13, 9.15.1, 9.15.2 e 9.16). Nesse último caso, a unidade técnica propôs que as unidades destinatárias forneçam plano de ação descrevendo as ações a serem adotadas para seu atendimento.

14. Discordo, neste ponto, da SecexPrevidência, pois entendo que essa medida seria prematura. Acredito que, neste momento, seria mais adequado obter informações junto às entidades sobre os motivos do atraso e os eventuais obstáculos encontrados, o que poderá ser feito por ocasião do próximo monitoramento. Afinal, por se tratar de recomendações, esses itens requerem um modo de acompanhamento distinto das determinações.

Ante o exposto, acolho a proposta da unidade técnica com a ressalva indicada acima e voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto à deliberação do Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de setembro de 2015.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

ACÓRDÃO Nº 2314/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 034.660/2014-3.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Monitoramento (em Auditoria)
3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU)
4. Unidades: Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério da Fazenda (MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Casa Civil da Presidência da República
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SecexPrevidência
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações expedidas por meio do Acórdão 2.059/2012 – Plenário com as alterações introduzidas pelo Acórdão 2.468/2013 – Plenário, ambas decisões pertinentes a auditoria realizada nos sistemas públicos de previdência, com o objetivo de investigar o financiamento, apuração de resultado e equilíbrio de suas contas, bem como se o registro contábil desses fatos produz informações íntegras, tempestivas e pertinentes

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e arts. 169, inciso I, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar cumpridos os itens 9.1.1, 9.2.1 (com alteração promovida pelo item 9.3 do Acórdão 2.468/2013 – Plenário), 9.2.2, 9.3.1, 9.4.1, 9.7 e 9.14 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

9.2. considerar em cumprimento, mas com prazo já expirado, os itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1 e 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

9.3. considerar parcialmente cumpridos os itens 9.1.2.2, 9.12 e 9.15.3 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

9.4. considerar não cumpridos os itens 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.11.1, 9.11.2.i, 9.11.2.ii, 9.13, 9.15.1, 9.15.2 e 9.16 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

9.5. reiterar as determinações proferidas nos itens 9.3.2 e 9.5 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, fixando prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atendimento e alertando os gestores da Seori e da STN que o não cumprimento das medidas, sem motivo justificado, poderá ensejar sua responsabilização, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992, e do art. 268, incisos VII, VIII e § 3º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori) que, além das projeções atuariais relativas às pensões previstas na Lei das Pensões Militares que já são elaboradas, elabore, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em separado, avaliação atuarial com as projeções e resultado atuarial referentes aos benefícios decorrentes de pensões especiais oriundas de veteranos das campanhas do Uruguaí e Paraguai, Lei das Sete Pragas, Montepio militar, ex-combatentes e outras semelhantes, tendo em vista que tais pensões constituem despesas de caráter continuado a serem suportadas pelo Tesouro Nacional por longo prazo, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência;

9.7. determinar à Seori, à RFB, ao MPS, ao INSS, à Casa Civil e à STN que apresentem, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação com vistas ao atendimento às deliberações a eles dirigidas nos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1 e 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, bem como nas deliberações exaradas no presente processo, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II do relatório de monitoramento;

9.8. informar à:

9.8.1. RFB, à STN e ao MPS que a metodologia proposta no Ofício 712/2014-RFB/Gabinete atenderá à determinação contida no item 9.10.1 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

9.8.2. Casa Civil que a criação, por meio de outros normativos, que não o PLDO, de dispositivo que obrigue os órgãos da União a enviar as informações atuariais ao órgão responsável pela elaboração das projeções atuariais previstas na Lei Complementar 101/2000, atende à recomendação contida no item 9.11.2.i do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

9.9. enviar cópia integral desta decisão, bem como do relatório de peça 62 às unidades indicadas no item 4;

9.10. encerrar o presente processo, por meio de seu apensamento definitivo ao TC 015.529/2010-0, sem prejuízo de autorizar a SecexPrevidência a realizar, oportunamente, novo monitoramento das deliberações contidas nos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1, 9.10.2, 9.11.2.i, 9.12, 9.13 e 9.16 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

10. Ata nº 37/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 16/9/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2314-37/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral